

Rodrigo Costa Barboza

**Projeto Integrar Bibliotecas RS:  
o processo de informatização das bibliotecas públicas  
no âmbito do Sistema Estadual de Bibliotecas  
Públicas do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre  
Julho de 2004

RODRIGO COSTA BARBOZA

**Projeto Integrar Bibliotecas RS:  
o processo de informatização das bibliotecas públicas  
no âmbito do Sistema Estadual de Bibliotecas  
Públicas do Rio Grande do Sul**

Monografia apresentada à Disciplina  
BIB03037 - Trabalho de Conclusão de Curso,  
do Curso de Biblioteconomia, da Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial à titulação de Bacharel  
em Biblioteconomia.

ORIENTADORA:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iara Conceição Bitencourt Neves

Porto Alegre  
Julho de 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Wrana Maria Panizzi

Vice Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Hennemann

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia B. Machado

Vice Diretor: Prof. Ricardo S. da Silva

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof. Dr. Valdir Morigi

Chefe Substituta: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Itália Maria Falcetta da Silveira

**CIP – Brasil – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**

B238 Barboza, Rodrigo Costa  
Projeto Integrar Bibliotecas RS : o processo de informatização das bibliotecas públicas no âmbito do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul / Rodrigo Costa Barboza ; Orientadora Iara Conceição Bitencourt Neves. – Porto Alegre : R.C.B., 2004. – Monografia (graduação) – UFRGS, Porto Alegre, 2004.

1. Biblioteconomia 2. Bibliotecas públicas – Informatização – Rio Grande do Sul 3. Bases de dados – Avaliação 4. Winisis I. Neves, Iara Conceição Bitencourt. II. Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (Rio Grande do Sul). III. Projeto Integrar Bibliotecas RS. IV. Título.

CDU 004:027.022(816.5)

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705 – sala 507

CEP: 90035-007 – Porto Alegre - RS

Tel: (51) 3316 – 5146 e 3316-5143

Fax: (51) 3316 – 5435

E-mail: dci@ufrgs.br

*O verme se retrai quando é pisado.  
Isto indica sabedoria.  
Dessa forma ele reduz a chance de ser  
pisado de novo.*

**Friedrich Nietzsche**

## RESUMO

Estudo exploratório que buscou verificar como ocorreram os processos de elaboração, implementação, distribuição e utilização da base de dados INBIB do Projeto Integrar Bibliotecas RS, inferindo sobre o estado do processo de informatização das bibliotecas públicas gaúchas. Utiliza abordagem qualitativa e quantitativa para tratamento e análise dos dados, que foram coletados através da utilização de questionários, aplicados à Coordenação do SEBP-RS (gestão anterior e gestão atual) e em três bibliotecas públicas municipais, utilizadas como amostra. Constata que apenas 20% das bibliotecas públicas gaúchas estão informatizadas, 6,26% possuem acesso à Internet e 2,9% fazem parte do Projeto Integrar Bibliotecas RS. Resgata parte da história do Projeto Integrar Bibliotecas RS, considerando que algumas das informações apresentadas não eram de conhecimento da atual gestão do SEBP-RS. Identifica os critérios adotados para a elaboração da base de dados INBIB. Identifica os fatores que dificultaram e dificultam a implantação e implementação da base de dados INBIB, nas bibliotecas públicas. Constata que as bibliotecas públicas que utilizam a base de dados INBIB receberam treinamento e manuais. Verifica que a estrutura da base de dados INBIB não atende às necessidades das bibliotecas públicas para processamento técnico para qualquer tipo de documento. Constata que o SEBP-RS não tem controle sobre os dados dos usuários que realizam *download* da base de dados INBIB através da Internet. Verifica que as bibliotecas públicas que participam do Projeto Integrar Bibliotecas RS não cooperam entre si. Traça uma estimativa de tempo para que o SEBP-RS implante a base de dados INBIB e integre as bibliotecas públicas à Biblioteca Virtual do RS, de acordo com o ritmo seguido até a presente data.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas – Rio Grande do Sul – Informatização; Bases de Dados – CDS/ISIS – Winisis; Projeto Integrar Bibliotecas RS

## RESUMEN

Estudio exploratorio que busca verificar como se realizaron los procesos de elaboración, implementación, distribución y uso de la base de datos INBIB, que interfirieron en el estado del proceso de informatización de las bibliotecas públicas de Rio Grande del Sur. Para tanto, se utiliza un abordaje cualitativo y cuantitativo para el tratamiento y análisis de los datos, que fueron colectados a través de la utilización de cuestionarios, aplicados en el SEBP-RS (gestión pasada y gestión actual) y en tres bibliotecas públicas municipales, utilizadas como muestra. Constata que apenas 20% de las bibliotecas públicas de Rio Grande del Sur están informatizadas, 6,26% tienen acceso a Internet y 2,9% hacen parte del Proyecto Integrar Bibliotecas RS. Recupera parte de la historia del Proyecto Integrar Bibliotecas RS, considerando que algunas de las informaciones presentadas no eran conocidas por la gestión actual del SEBP-RS. Identifica los criterios adoptados para la elaboración de la base de datos INBIB. Identifica los factores que dificultaron y dificultan la implantación e implementación de la base de datos INBIB en las bibliotecas públicas. Constata que las bibliotecas públicas que utilizan la base de datos INBIB recibieron instrucciones y manuales. Verifica que la estructura de la base de datos INBIB no atiende a las necesidades de las bibliotecas públicas para el procesamiento técnico para cualquier tipo de documento. Constata que el SEBP-RS no tiene control sobre los datos de los usuarios que realizan *download* en la base de datos INBIB a través de la Internet. Verifica que las bibliotecas públicas participantes en el Proyecto Integrar Bibliotecas RS no cooperan entre sí. Establece una estimativa de tiempo para que el SEBP-RS implante la base de datos INBIB e integre las bibliotecas públicas a la Biblioteca Virtual de Río Grande do Sur, de acuerdo con el ritmo seguido hasta la presente fecha.

**Palabras-clave:** Bibliotecas Públicas – Rio Grande del Sur – Informatización; Bases de Datos – CDS/ISIS – Winisis; Proyecto Integrar Bibliotecas RS

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
<b>Figura 1 – Situação das Bibliotecas Públicas do SEBP-RS em Relação ao Processo de Informatização em 2004.....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 2 - Bibliotecas Públicas do SEBP-RS com Acesso à Internet .....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 3 - Bibliotecas Públicas do SEBP-RS com Bibliotecário .....</b>	<b>67</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2 – *Anglo-American Cataloguing Rules, 2<sup>nd</sup>. Edition*

ANSI – *American National Standards Institute*

BIREME – Biblioteca Regional de Medicina (Brasil)

BPE – Biblioteca Pública do Estado (Rio Grande do Sul)

BVRS – Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul

CALCO - Catalogação Legível por Computador

CCF – Common Communication Format

CDS/ISIS - *Computerized Documentation System/Integrated Set of Information System*

CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia (Rio Grande do Sul)

EMATER/RS – Associação Rio-grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rio Grande do Sul)

FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul

FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Rio Grande do Sul)

FURG – Fundação Federal Universidade de Rio Grande

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

INBIB-RS – Integrar Bibliotecas do Rio Grande do Sul

ICAITI - *Instituto Centroamericano de Investigación y Tecnología Industrial*

IRGA – Instituto Rio-Grandense do Arroz

ISO – *International Organization for Standardization*

MARC – *Machine Readable Cataloguing*

MFN - *Master File Number*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SCP – Secretaria de Coordenação e Planejamento (Rio Grande do Sul)

SEBP-RS – Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul

SEDAC – Secretaria de Estado da Cultura (Rio Grande do Sul)

SEDAI – Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (Rio Grande do Sul)

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

	p.
<b>RESUMO</b> .....	<b>02</b>
<b>RESUMEN</b> .....	<b>03</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	<b>04</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>05</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>08</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
2.1 O SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL .....	12
2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....	13
2.3 BIBLIOTECA VIRTUAL DO RIO GRANDE DO SUL .....	16
2.4 PROJETO INTEGRAR BIBLIOTECAS RS .....	18
<b>3 PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	<b>20</b>
3.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA .....	20
3.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	21
<b>4 OBJETIVOS</b> .....	<b>23</b>
4.1 GERAL .....	23
4.2 ESPECÍFICOS .....	23
<b>5 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>24</b>
5.1 BIBLIOTECAS PÚBLICAS .....	24
5.2 A COOPERAÇÃO INTERBIBLIOTECÁRIA ATRAVÉS DE REDES DE SERVIÇOS INFORMATIZADOS E DOS SISTEMAS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS .....	26
5.3 INFORMATIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS .....	29
<b>5.3.1 Bases de dados</b> .....	<b>34</b>
5.3.1.1 Tipos de bases de dados .....	35
5.3.1.2 Estrutura de bases de dados .....	36
5.3.1.3 Planejamento de bases de dados .....	37
5.3.1.4 Avaliação de bases de dados .....	39
<b>5.3.2 Softwares de gerenciamento de bases de dados</b> .....	<b>40</b>
<b>5.3.3 Winisis</b> .....	<b>41</b>
5.3.3.1 Histórico .....	41
5.3.3.2 Características básicas .....	42
5.3.3.3 Importância .....	43
5.3.3.4 Relação custo-benefício .....	44
5.3.3.5 Documentos sobre Winisis no Brasil .....	44
5.4 FORMATOS DE INTERCÂMBIO DE DADOS .....	44
<b>Formato MARC</b> .....	<b>45</b>
5.5 GERENCIAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	50
<b>5.5.1 Manutenção de sistemas de informação</b> .....	<b>51</b>

<b>5.5.2 Suporte aos usuários do sistema de informação</b> .....	<b>52</b>
5.5.2.1 Treinamento .....	52
5.5.2.2 Manualização .....	54
<b>5.6 BUSCA E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO</b> .....	<b>56</b>
<b>6 METODOLOGIA</b> .....	<b>60</b>
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	60
6.2 UNIVERSO DA PESQUISA .....	60
6.3 AMOSTRA DA PESQUISA .....	60
6.4 SELEÇÃO DAS FONTES INFORMACIONAIS.....	62
6.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	62
6.6 TESTE-PILOTO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	62
6.7 COLETA DE DADOS.....	63
<b>6.7.1 Coleta de dados junto à Coordenação do SEBP-RS</b> .....	<b>63</b>
<b>6.7.2 Coleta de dados junto às bibliotecas públicas do SEBP-RS</b> .....	<b>64</b>
6.8 TRATAMENTO DOS DADOS.....	65
<b>7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>66</b>
<b>8 DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS</b> .....	<b>74</b>
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
<b>10 SUGESTÕES</b> .....	<b>83</b>
<b>11 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>86</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>89</b>
APÊNDICE A – INBIB-RS – Questionário para a atual gestão do SEBP-RS .....	90
APÊNDICE B – INBIB-RS – Questionário para a gestão anterior do SEBP-RS .....	97
APÊNDICE C – INBIB-RS – Questionário para as bibliotecas públicas.....	104
<b>ANEXOS</b> .....	<b>111</b>
ANEXO A – Projeto para Informatização das Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul .....	112
ANEXO B – Manual de entrada de dados da base de dados INBIB .....	120
ANEXO C – Formulário para catalogação.....	134
ANEXO D – Relatório Curso de Qualificação INBIB/RS .....	137
ANEXO E – Kit informatização – INBIB RS (2. Ed. – out. 2002).....	140

## 1 INTRODUÇÃO

O advento da informática inseriu uma série de mudanças significantes na sociedade global nas últimas décadas. Os equipamentos inicialmente criados para prestar apoio logístico às forças armadas do primeiro mundo, logo foram sendo desenvolvidos e aperfeiçoados, também para que servissem como instrumentos de trabalho nas mais diversas áreas, a partir do momento em que se percebeu que este tipo de tecnologia imprimiria um ritmo bastante acelerado nos meios de produção e, conseqüentemente, resultaria num maior desenvolvimento econômico aos seus utilizadores.

A partir do momento em que se automatizou processos com o uso do computador, o homem teve suas rotinas, principalmente as de trabalho, totalmente modificadas, uma vez que esta tecnologia lhe possibilitou alcançar resultados antes inimagináveis com a utilização de outros recursos.

É claro que, assim como aconteceu com outros tipos de tecnologia, adquirir uma máquina destas era possível para milionários apenas, pois estas, além de terem dimensões grandiosas, tinham custo bastante elevado. Seria impossível um advogado ou outro profissional qualquer possuir um computador em seu escritório, por exemplo. Se tivesse poder aquisitivo para isto, certamente não teria espaço suficiente para tamanha parafernália.

Com a evolução da tecnologia de informática, os equipamentos foram sendo reduzidos e suas capacidades de processamento e armazenamento de dados aumentando vertiginosamente, até chegarmos aos modelos que hoje possuímos.

Além disso, os computadores passaram a ser produzidos em grande escala, pois os processos de produção também sofreram os reflexos causados pela automação. Isto aumentou a velocidade de produção de equipamentos eletrônicos e, conseqüentemente, a redução de custos para o consumidor, possibilitando que um grande número de profissionais e/ou usuários comuns pudessem adquiri-los como um bem de consumo qualquer, como uma televisão, uma máquina de lavar roupas, etc.

Esta evolução também teve de ser seguida pelo mercado produtor de *softwares*, os programas lógicos que dão vida e utilidades aos computadores. Também chamados de aplicativos, são desenvolvidos para um fim específico, como os editores de texto, as planilhas de cálculo, gerenciadores de arquivos, etc.

Os avanços alcançados pela informática e pela automação de diversos tipos de processos, também tiveram forte influência na área de documentação e, conseqüentemente, no trabalho do profissional encarregado de tratar, organizar e gerenciar informações, como os bibliotecários, museólogos, arquivistas, documentalistas, etc.

A forma de descrição de documentos e de determinação de pontos de acesso a estes foram as atividades mais beneficiadas com a automação dos processos que envolvem a gestão de informações. Isto ocorreu a partir do momento em que se passa a elaborar bases de dados informatizadas, em substituição às convencionais como, por exemplo, os catálogos bibliográficos em fichas.

Com a introdução destas tecnologias nas Ciências da Informação, passa-se a ter muitas facilidades para a realização do tratamento, organização e recuperação de documentos, informações e dados, como redução de custos com materiais (eliminação de fichas, relatórios impressos, etc.), redução do tempo necessário para realização das tarefas, dinamização de rotinas de trabalho, redução de custos com mão de obra, obtenção de mais pontos de acesso aos documentos do acervo e outras.

Outro fator importante para o processo de informatização de bibliotecas e/ou centros de informação foi o surgimento da Internet. A rede mundial de computadores modificou as ações de interação social e interação homem-computador, uma vez que reduz e/ou elimina barreiras de tempo e espaço do processo de comunicação e circulação de informações.

Com tantos avanços tecnológicos alcançados até o momento e todos os que estão por vir, estima-se que teremos cada vez mais volumes de informação circulando por intermédio de sistemas e redes de informação, sejam elas virtuais ou não.

Deve-se levar em consideração, também, o fato de que ainda existe um número muito grande de pessoas no mundo, e principalmente nos países subdesenvolvidos, que têm pouco ou nenhum acesso à informação. Destas pessoas, existe um número ainda maior das que têm pouco ou nenhum acesso a informações disponibilizadas na

Internet, em função de vários fatores como baixo poder aquisitivo, acesso restrito à educação, desemprego, falta de políticas públicas que garantam o direito de acesso à informação, sucateamento das bibliotecas públicas, etc.

As bibliotecas públicas, por sua vez, têm como papel fundamental garantir aos cidadãos o direito de acesso à informação, no intuito de contribuir com estes no exercício pleno de sua cidadania. Para que isto seja possível, necessita-se de uma série de iniciativas sócio-políticas no sentido de oferecer maiores possibilidades de acesso à informação, principalmente, aos excluídos deste meio, pois sabe-se que isto interfere diretamente, não só no exercício de cidadania, como também na qualidade de vida de uma população.

Em muitos dos países desenvolvidos, o acesso à informação por grande parte de seus cidadãos, mediado por bibliotecas públicas, é uma realidade bastante presente. Muitas destas bibliotecas recebem investimentos generosos, tanto do poder público como da iniciativa privada, para garantir a qualidade dos serviços por elas prestados.

No Brasil e em outros países menos desenvolvidos, a realidade é bastante diferente. As bibliotecas públicas geralmente são mantidas unicamente pelo poder público, que tem pouca ou nenhuma política para sua qualificação e manutenção. Desta forma, distancia o discurso exposto em legislação de grande parte de seus cidadãos, fazendo com que estes sejam cada vez mais excluídos do acesso à informação, à educação e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida, da qualificação profissional, etc., que acarreta em maiores dificuldades sócio-econômicas ao país, evitando que este deixe sua condição de menos desenvolvido do que poderia ser.

É claro que muitas das iniciativas não surgem e nem devem surgir apenas dos governos. Estas também podem ser propostas e/ou impostas por outras entidades: pelos próprios cidadãos, por organizações não-governamentais, por organizações privadas, diversos outros grupos e, inclusive, pelas próprias bibliotecas públicas.

Como exemplo de iniciativa oriunda de biblioteca(s) pública(s), expõe-se a do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul (SEBP-RS), coordenado pela Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE), representada pelo Projeto Integrar Bibliotecas RS, que consiste em criar bases de dados referenciais nas bibliotecas públicas municipais, padronizar o tratamento da informação e preparar a formação de uma rede informatizada das bibliotecas públicas

do Rio Grande do Sul, além de qualificar o pessoal envolvido nas rotinas técnicas destas bibliotecas.

Um projeto desta natureza merece o reconhecimento da sociedade, pois vem ao encontro dos objetivos das bibliotecas públicas, sejam elas municipais, estaduais ou nacionais, assim como, vem ao encontro das diretrizes traçadas pela UNESCO em seu Manifesto sobre Bibliotecas Públicas e aos direitos dos cidadãos de acesso à informação como um dos requisitos básicos para o exercício da cidadania. Mas reconhecê-lo, apenas, não faz com que contribuamos de maneira significativa para o alcance de seus principais objetivos.

O presente estudo visa verificar como ocorreram os processos de elaboração, distribuição, implementação e uso da base de dados INBIB (produto do Projeto Integrar Bibliotecas RS) no âmbito do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul, assim como traçar alguns dos aspectos de como está configurado o processo de informatização nas bibliotecas públicas no Estado e resgatar boa parte do histórico deste projeto, levando em consideração o fato de que a cada mudança de gestão, ocasionada por sucessões governamentais, muitas informações administrativas são perdidas.

Os fatores citados anteriormente, foram verificados junto à coordenação do SEBP-RS (da atual gestão e da gestão passada, em que o projeto teve origem) e às bibliotecas públicas municipais de Nova Petrópolis, Sapiranga e Horizontina, que receberam a base de dados INBIB e participaram do treinamento oferecido pelo SEBP-RS, e analisados de acordo com as informações encontradas na literatura visitada.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

### 2.1 O SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul (SEBP-RS) tem sua sede localizada em Porto Alegre, nas dependências da Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul.

Começou a ser estruturado no final da década de 70 e foi instituído no ano de 1981, pelo Decreto Estadual nº 30.497, de 24 de dezembro do mesmo ano.

O SEBP-RS também recebeu atenção na Constituição do Estado, promulgada em 1989, onde, no artigo 231, fica estabelecido que o Estado manterá o SEBP-RS, reunindo obrigatoriamente as bibliotecas públicas estaduais e facultando a inclusão das bibliotecas públicas municipais que pretendam se integrar ao Sistema, cuja missão é qualificar as bibliotecas públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o decreto citado, a coordenação do Sistema cabe à Biblioteca Pública do Estado (BPE), que desempenhou e deixou de desempenhar, diversas vezes, o papel de órgão central do SEBP-RS, de acordo com a vontade política das sucessões governamentais ocorridas no Estado, tendo como principais objetivos:

- a) coordenar e incentivar as ações referentes ao cumprimento da política estadual para as bibliotecas públicas;
- b) capacitar a BPE como órgão central do Sistema;
- c) coordenar as políticas do Ministério da Cultura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas no Estado;
- d) coordenar a elaboração de propostas, planos, programas e atividades na sua área;
- e) manter o cadastro das bibliotecas públicas do estado e encaminhar os cadastros para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas;

- f) prestar assessoria técnica às bibliotecas públicas municipais e estaduais no que se refere a qualificação de recursos humanos, realização de oficinas, a elaboração de projetos, a indicação de acervo para aquisição, doação de livros e materiais, e a inserção destas bibliotecas nas políticas do governo estadual e federal e a criação de novas bibliotecas.

## 2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL<sup>1</sup>

A Biblioteca Pública do Estado (BPE), órgão subordinado à Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC) do Governo do Rio Grande do Sul, é pública e gratuita.

É missão da Biblioteca Pública do Estado proporcionar o desenvolvimento cultural a todos os cidadãos de forma igualitária através da informação em todos os níveis, da multiplicidade de seus recursos e do estímulo à leitura como forma de inclusão, participação e transformação social.

A Biblioteca Pública do Estado tem as seguintes finalidades:

- a) oferecer informação, educação, cultura e lazer baseados na igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, idioma ou condição social;
- b) servir a minorias lingüísticas e pessoas portadoras de deficiência;
- c) promover a sensibilização da comunidade para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiências e altas habilidades;
- d) proporcionar elevação do nível sociocultural da comunidade através do acesso aos recursos da biblioteca;
- e) possibilitar acesso à informação digital;
- f) criar e fortalecer o hábito de leitura em crianças, jovens e adultos;
- g) apoiar tanto a educação individual e autodidata quanto a educação formal em todos os níveis;

---

<sup>1</sup> Texto extraído de: RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Pública do Estado. **Biblioteca Pública do Estado**. Porto Alegre: BPE, [200-]. Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2004.



- h) proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
- i) estimular a imaginação e a criatividade das crianças e dos jovens;
- j) promover o conhecimento da herança cultural, a apreciação das artes e inovações científicas;
- k) propiciar acesso às expressões culturais das artes em geral e apoiar a tradição oral;
- l) fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
- m) garantir acesso aos cidadãos a todo o tipo de informação comunitária;
- n) proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse;
- o) apoiar e participar de atividades de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades, se necessário;
- p) preservar a memória literária e cultural do Estado;
- q) dar o suporte logístico ao desenvolvimento das ações do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

### **História da Biblioteca Pública do Estado**

A história da Biblioteca Pública do Estado começa na Província de São Pedro durante o reinado de Dom Pedro II. A 30 de março de 1871, o deputado João Pereira da Silva Borges Fortes Filho apresentou à Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul um Projeto de Lei pedindo a criação de uma biblioteca oficial. O projeto foi aprovado e transformado em Lei nº 724 de 14 de abril do mesmo ano, tendo sido sancionado pelo então presidente da Província, Francisco Xavier Pinto de Lima.

Em 21 de janeiro de 1877, a BPE foi instalada e aberta ao público possuindo 1809 obras em 3.566 volumes. Seu diretor e principal organizador, foi o Dr. Fausto de Freitas e Castro. Neste ano atendeu 1483 leitores que consultaram 691 obras.

Em 1891 o RS sofre forte influência do pensamento de Augusto Comte. Júlio de Castilhos imprime então à Constituição do Estado uma linha de orientação positivista. Uma ideologia progressista e ao mesmo tempo autoritária, pautou o estilo de seu

governo, definindo os rumos do Partido Republicano no sul do Brasil. Borges de Medeiros deu continuidade à obra política e administrativa do Castilhismo.

A Biblioteca Pública foi anexada administrativamente ao então recém criado Arquivo Público, a partir de 1906. A partir desta data o poeta parnasiano Vitor Silva, nomeado diretor, empenhou-se em dar novas características à Instituição, procurando normas técnicas para os catálogos e introduzindo a Classificação Decimal Universal (CDU) na organização do material bibliográfico.

Em 1912 inicia-se a construção da primeira etapa do prédio da BPE. Em 1915, já autônoma, transfere-se para a sede atual na rua Riachuelo, esquina General Câmara (antigamente conhecidas como rua do Cotovelo e Rua do Ouvidor). O prédio foi inaugurado como parte das comemorações do centenário da Independência a 07 de setembro de 1922.

Em 1986 o prédio da Biblioteca foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Em 2000 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A partir de 1998 foi iniciada a informatização do processamento técnico da Biblioteca e constituído o Setor de Multimeios, que oferece acesso gratuito a Internet, e-mail, vídeos e CD-ROM.

## **Acervo**

O atual acervo bibliográfico é constituído por cerca de 80 mil obras em mais de 140.000 volumes. A coleção de obras raras da Biblioteca possui verdadeiras raridades dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX . A mais antiga é a PHARSALIA de Lucano, em uma edição de 1519. O Catálogo de Obras Raras e Valiosas da Biblioteca Pública relaciona OS LUSÍADAS de Camões, na edição comemorativa de 1819 que tem alto valor por sua reduzida edição de doze exemplares em pergaminho. Da mesma forma, LA DIVINA COMEDIA de Dante, editada em 1921 por Conrado Ricci em edição restrita a mil exemplares numerados.

Em 1998 foram incorporados ao acervo mais de 30.000 volumes de quatro coleções de intelectuais quais sejam, Guilhermino César, Carlos Reverbel, Theodomiro Tostes e Floriano Maia D'Ávila, formando um acervo de coleções especiais.

Além do acervo bibliográfico há uma coleção de vídeos, CDs e um acervo especial de documentos com informações sobre o Rio Grande do Sul.

### 2.3 BIBLIOTECA VIRTUAL DO RIO GRANDE DO SUL

A Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul (BVRS) é uma rede informatizada que integra dezoito (18) bibliotecas (públicas e especializadas) do Rio Grande do Sul, através de um catálogo virtual, administrada pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

Foi lançada na Internet em outubro de 2001 com dois grandes objetivos:

- a) democratizar o acesso às informações armazenadas nas bibliotecas das instituições estaduais;
- b) promover maior intercâmbio de informações científicas através da Internet.

A BVRS teve seu projeto-piloto desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), contando com a participação das bibliotecas das seguintes instituições estaduais: FEE, Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), Associação Rio-Grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) e da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC).

Após algum tempo, outras instituições foram incorporadas à BVRS, tais como a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE), algumas bibliotecas públicas municipais integrantes do SEBP-RS e as bibliotecas da Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP) e da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI).

Até a presente data, a BVRS constitui-se de dezoito (18) bibliotecas, que são:

Bibliotecas públicas:

Biblioteca Pública Delfina da Cunha (São José do Norte);  
Biblioteca Pública do Estado (Porto Alegre);  
Biblioteca Pública Érico Veríssimo (Porto Alegre).  
Biblioteca Pública Estadual Lígia Meurer (Porto Alegre)  
Biblioteca Pública Leopoldo Bernardo Boeck (Porto Alegre);  
Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha (Sapucaia do Sul);  
Biblioteca Pública Municipal Luís Fernando Veríssimo (Alvorada);  
Biblioteca Pública Municipal Mário Quintana (Alegrete);  
Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato (Cachoeirinha);  
Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato (Gravataí);  
Biblioteca Pública Municipal Prof<sup>a</sup>. Elsa Hofstatter da Silva (Nova Petrópolis);  
Biblioteca Pública Prof<sup>o</sup>. Romano Reif (Porto Alegre).

Bibliotecas especializadas com sede em Porto Alegre:

Associação Rio-Grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS);  
Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC);  
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE);  
Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA);  
Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP);  
Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI).

Os requisitos para que as bibliotecas participem da BVRS, segundo informações recebidas da Coordenação da BVRS, são:

- a) caracterizar-se como biblioteca de uma instituição pública estadual (da administração direta ou indireta) ou biblioteca pública;
- b) estar informatizada;
- c) possuir profissional responsável com formação acadêmica de Bacharel em Biblioteconomia, oriundo de universidade oficial e com registro em conselho de classe;
- d) utilizar o *software* Winisis (CDS/ISIS para Windows) e a base de dados utilizando o formato MARC21 ou INBIB (no caso das bibliotecas públicas);

e) representação descritiva de acordo com o código AACR2.

A BVRS permite que sejam realizadas buscas de informação em seu catálogo virtual, por autores, títulos e assuntos, em uma ou em todas as bibliotecas participantes. Através dela, também é possível realizar *downloads* de registros bibliográficos para formação de bases de dados locais, desde que as bases utilizem o padrão CDS/ISIS e o formato MARC.

Outro recurso que pode ser copiado da BVRS é o “Manual de preenchimento de registros bibliográficos”, que tem como finalidade apresentar os procedimentos para preenchimento do formulário para entrada de dados nas bases bibliográficas participantes da Biblioteca Virtual RS, para todos os tipos de materiais. A versão deste manual baseia-se no MARC 21.

## 2.4 PROJETO INTEGRAR BIBLIOTECAS RS

Com o intuito de qualificar as bibliotecas públicas municipais, o SEBP-RS desenvolveu em julho de 2001, o Projeto para Informatização das Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul (ANEXO A), que mais tarde passou a se chamar Projeto Integrar Bibliotecas RS (INBIB RS). Este projeto consiste em criar bases de dados referenciais nas bibliotecas públicas municipais, padronizar o tratamento da informação e preparar a formação de uma rede informatizada das bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, além de qualificar o pessoal envolvido nas rotinas técnicas destas bibliotecas.

Para a operacionalização de parte do Projeto INBIB RS, o SEBP-RS elaborou uma base de dados dentro do padrão CDS/ISIS, em *software* Winisis versão 1.4, sendo este desenvolvido e distribuído pela UNESCO, compatível com o formato MARC.

O Projeto ganhou espaço no *website* da Biblioteca Pública do Estado, de onde pode-se realizar *download* do arquivo de instalação da base de dados INBIB, que vem acompanhada da versão 1.4 do *software* Winisis, utilizado para a operação da referida base de dados. Neste mesmo *website* também pode-se realizar *download* da segunda edição do manual de entrada de dados da base de dados INBIB.

A segunda edição (atual versão) da base de dados denominada INBIB está sendo distribuída gratuitamente, tanto para bibliotecas públicas como para quaisquer tipos de organizações ou pessoas (físicas ou jurídicas) através do *website* da BPE.

### 3 PROBLEMATIZAÇÃO

Nesta seção apresentam-se os problemas que deram origem à presente pesquisa.

#### 3.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Através da utilização da base de dados INBIB, como parte das atividades integrantes do programa da disciplina BIB03028 – Planejamento e Elaboração de Bases de Dados, cursada na sexta etapa do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constatou-se que as buscas de informação por autor só poderiam ser realizadas pelo nome completo do mesmo (busca por linha), não permitindo a utilização da técnica de busca por palavras. Esta falha despertou o interesse do acadêmico, pois esta base de dados foi distribuída para cerca de uma centena de bibliotecas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, assim como também é distribuída para qualquer pessoa, física ou jurídica, que queira copiá-la do *website* da Biblioteca Pública do Estado.

Partindo da hipótese de que a base de dados INBIB apresenta, pelo menos, uma falha de modelagem em sua estrutura, surgiram os seguintes questionamentos:

- a) o SEBP-RS testou a base de dados INBIB antes de distribuí-la e implementá-la nas bibliotecas públicas do Estado?
- b) como a base de dados INBIB foi testada?
- c) se foi testada, por que o(s) problema(s) não foi(ram) identificado(s)?
- d) se o SEBP-RS o identificou por que não o solucionou?
- e) se foi solucionado, de que forma foram feitas as correções e por que a base de dados INBIB continua a ser distribuída via Internet com tal problema?
- f) o SEBP-RS foi notificado pelas bibliotecas públicas sobre algum problema de funcionamento da base de dados INBIB?
- g) quanto custou ao Estado a elaboração da base de dados INBIB?

- h) os usuários internos (bibliotecários e auxiliares) das bibliotecas públicas que utilizam a base de dados INBIB receberam treinamento?
- i) qual o conteúdo destes treinamentos?
- j) foram fornecidos manuais aos treinandos e estes se mostram adequados?
- k) a estrutura (campos e subcampos) da base de dados atende às necessidades de processamento técnico das bibliotecas públicas municipais para qualquer tipo de documento?
- l) quantas bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul estão informatizadas?
- m) quantas destas bibliotecas utilizam a base de dados INBIB?
- n) quantas destas participam da Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul, uma vez que é objetivo do Projeto Integrar Bibliotecas RS formar uma rede informatizada de bibliotecas públicas?

Para tentar responder a estes questionamentos ou parte deles, é que foi realizada a presente pesquisa.

### 3.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Nesta fase determinou-se o tema a ser estudado, partindo-se de um problema inicialmente formulado, delimitando-se os idiomas e os autores dos textos a serem selecionados, assim como os conceitos a serem definidos, para melhor esclarecer sobre os conteúdos abordados na presente pesquisa.

Segundo Triviños (1987, p. 96):

a eleição do tema da pesquisa dificilmente será um indicador preciso da fundamentação teórica que orienta o pesquisador, salvo quando se trata (e não absolutamente) de uma pesquisa participante. A delimitação do problema significa um encaminhamento, com maior clareza, da teoria que alimenta o esforço do pesquisador. Mas será na formulação do problema onde a concepção teórica do estudioso ficará mais claramente estabelecida. E não só ela, mas também os objetivos, as hipóteses e/ou questões de pesquisa e, fundamentalmente, os métodos e técnicas que se empregarão na análise e interpretação das informações reunidas.



A escolha do assunto deve ser baseada na experiência do pesquisador, na existência de literatura pertinente, na necessidade de esclarecimento do tema, na contribuição à área que está em foco, e deve permitir ser arranjado em forma de pesquisa, que gere hipóteses ou propósitos investigativos, e que vá ao encontro da formação do orientador ao qual se quer solicitar acompanhamento para realização do estudo (SALVADOR, 1976; ECO, 1977; BEAUD, 1997).

À luz das teorias expostas, a escolha do tema desta pesquisa também levou em consideração a contribuição da mesma à Coordenação do SEBP-RS na tarefa de avaliar e informar à população do Estado do Rio Grande do Sul sobre o Projeto elaborado para incrementar, qualificar e compartilhar os serviços prestados pelas bibliotecas públicas municipais do estado.

## 4 OBJETIVOS

### 4.1 GERAL

Verificar como ocorreram os processos de elaboração, distribuição, implementação e utilização da base de dados INBIB pelo Sistema de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul, em contribuição e incremento ao processo de informatização das bibliotecas públicas gaúchas.

### 4.2 ESPECÍFICOS

- 4.2.1 Identificar os critérios adotados para a elaboração da base de dados INBIB;
- 4.2.2 Verificar se a base de dados foi testada e como foi testada antes de ser distribuída via Internet;
- 4.2.3 Verificar se a estrutura da base de dados INBIB atende às necessidades de processamento técnico das bibliotecas públicas municipais para qualquer tipo de documento;
- 4.2.4 Identificar as dificuldades decorrentes do processo de implantação e implementação da base de dados;
- 4.2.5 Identificar fatores que dificultaram a implantação e a implementação da base de dados INBIB nas bibliotecas públicas municipais;
- 4.2.6 Verificar a existência de falhas nas orientações existentes no Manual de Entrada de Dados da base de dados INBIB e o grau de compatibilização deste com a estrutura da base de dados;
- 4.2.7 Verificar se as bibliotecas públicas municipais que utilizam a base de dados identificaram algum problema em seu funcionamento;
- 4.2.8 Verificar como o SEBP-RS está solucionando problemas encontrados na base de dados pelas bibliotecas públicas municipais;
- 4.2.9 Verificar se foram executados e de que forma ocorreram os treinamentos para a utilização da base de dados.

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca de identificar as principais soluções apresentadas na literatura pertinente aos temas estudados nesta pesquisa, efetuou-se levantamento de fontes, leitura e sistematização dos textos, cujo resultado apresenta-se a seguir.

### 5.1 BIBLIOTECAS PÚBLICAS

As literaturas brasileira e internacional atribuem à biblioteca pública conceitos que a caracteriza principalmente como uma prestadora de serviços à comunidade em geral. Assim, Sponholz (1984, p. 4) define biblioteca pública como:

[...] a biblioteca livre e gratuita a toda a comunidade, cuja manutenção é feita total ou parcialmente com impostos públicos. Seu objetivo é incentivar o uso do acervo, oferecendo ao usuário os recursos necessários à sua formação, informação e lazer.

Já a UNESCO (1994), apresenta a seguinte definição: “biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.”

De acordo com Parada (2002), a biblioteca pública tem a obrigação de oferecer a todos os membros da sociedade, independente sua idade e de sua situação social, os recursos para satisfazer necessidades referentes a sua formação, informação, cultura e lazer.

O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade (SUAIDEN, 1980, p. 2).

Sponholz (1984, p. 8) afirma que:

Se se considerar a educação como a base sólida para o desenvolvimento massificador, compreender-se-á que só a biblioteca pública pode oferecer o aprofundamento dos conhecimentos individuais e [...] é a única capaz de dar ao estudante as condições de aprofundar seus conhecimentos e, acima de tudo, de tornar mais individual,

esclarecedor e frutífero o processo compulsório de socialização do indivíduo, processo que vem promovendo a inteligência e a criatividade do homem brasileiro.

A UNESCO (1994) ratifica, em seu Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, que a biblioteca pública fornece condições básicas para a aprendizagem contínua, para uma tomada de decisões independentes e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

A biblioteca pública, como núcleo de irradiação cultural na comunidade, como agência de informação e pesquisa, como centro de aperfeiçoamento intelectual, enfim, como meio, por excelência, de democratização da leitura e do conhecimento, assume papel de maior importância na vida de um país e na vida do homem, porque, à medida que o homem se realiza no saber e na cultura, melhor se entenderá com outros homens, e os povos com outros povos, num mundo de trabalho construtivo, de prosperidade social, de liberdade e paz (SUAIDEN, 1980, p. 2).

Diversos autores dividem as funções básicas das bibliotecas públicas em quatro grandes blocos, que são:

- a) Informacional;
- b) educativa;
- c) cultural;
- d) recreativa.

Arruda (199-), quando fala sobre esta categorização das funções da biblioteca pública, afirma que estas funções, na prática, encontram-se de forma inter-relacionadas, não sendo possível trabalhá-las isoladamente.

Guiando-se pelas quatro funções básicas da biblioteca pública, a UNESCO (1994) definiu as missões da biblioteca pública como sendo:

- a) criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- b) apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- c) assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
- d) estimular a imaginação e a criatividade das crianças e dos jovens;
- e) promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;

- f) possibilitar o acesso a diferentes formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
- g) fomentar o diálogo inter-cultural e em especial, a diversidade cultural;
- h) apoiar a tradição oral;
- i) assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
- j) proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- k) facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- l) apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Suaiden (2002, p. 34) afirma que: “[...] en un mundo globalizado solamente las personas con acceso a la información y al conocimiento, tendrán mejores oportunidades para mejorar su calidad de vida y hasta para disfrutar del poder”.

Para que os cidadãos tenham garantidos os seus direitos de acesso às ações de alfabetização, educação, cultura e informação, desenvolvidas pelas bibliotecas públicas,

[...] faz-se necessário que os profissionais inseridos nessa área estejam capacitados suficientemente e, portanto, em condições de prestar os relevantes serviços que são exigidos das bibliotecas públicas por uma sociedade de demandas culturais crescentes (SPONHOLZ, 1984, p. 9).

## 5.2 A COOPERAÇÃO INTER-BIBLIOTECÁRIA ATRAVÉS DE REDES DE SERVIÇOS INFORMATIZADOS E DOS SISTEMAS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

De acordo com Rowley (1994), os objetivos centrais da formação de redes são:

- a) mostrar o conteúdo de um grande número de bibliotecas ou de um grande número de publicações;

- b) fazer com que os recursos mostrados em bases de dados catalográficos se tornem disponíveis para bibliotecas e usuários, onde e quando sejam necessários;
- c) compartilhar custos e esforços despendidos na criação de bases de dados catalográficos, por meio de intercâmbio de registros e atividades correlatas.

Rowley (1994, p. 287), divide as instituições que atuam na interligação de bibliotecas por meio de redes em:

- a) Grandes bibliotecas nacionais ou serviços de catalogação centralizada que criam grandes bases de dados bibliográficos;
- b) Cooperativas estabelecidas por grupos de bibliotecas que acham que elas e seus usuários têm a ganhar com o compartilhamento dos recursos e sua participação na criação de uma base de dados de catálogo coletivo.

Segundo Lancaster (1996, p. 263) “as bibliotecas compartilham recursos a fim de melhorar seu custo-eficácia.” Este tipo de procedimento é de grande utilidade, principalmente quando se trata de bibliotecas com poucos recursos humanos e materiais, como as bibliotecas públicas brasileiras.

De acordo com Silva e Pacheco (2002), o desenvolvimento de redes de serviços entre bibliotecas expressa a tradição de cooperação inter-organizacional. Segundo os autores, “sem esta cooperação nenhuma tecnologia, por si só, desenvolverá a rede de serviços.” (p. 54, tradução nossa).

Weingand (2000) afirma que existem basicamente duas formas de cooperação que podem ser utilizadas para reduzir a duplicação de tarefas e serviços e contribuir para uma gestão bibliotecária mais eficaz: a cooperação inter-bibliotecária e a cooperação com outras instituições.

*La cooperación interbibliotecaria es una práctica establecida, no es un fenómeno nuevo: desde hace algunos años el reconocimiento de las limitaciones locales y los beneficios en potencia de la cooperación ha hecho que se hayan ido, estableciendo desde acuerdos informales de préstamo hasta sistemas y redes más consolidados (WEINGAND, 2000)\*.*

Rowley (1994, p. 285) afirma que a cooperação inter-bibliotecária, em geral, é “um meio de compartilhar recursos ou conter os gastos com a catalogação.”

E Lancaster (1996, p. 264) destaca:

---

\* Documento eletrônico não paginado.

Uma vez que a cooperação entre bibliotecas encontra-se atualmente em situação bastante avançada em grande parte do mundo desenvolvido, um bibliotecário pode supor, com razão, que quase qualquer item pode ser obtido de outra biblioteca se um usuário precisar dele.

Em relação aos recursos a serem compartilhados, o autor afirma que as ferramentas projetadas para facilitar o compartilhamento de recursos devem ser avaliadas em função de seus efeitos sobre essas atividades. Por exemplo, o custo de construir e manter um catálogo coletivo em linha deve ser contraposto ao efeito que essa ferramenta teria na taxa de satisfação, tempo de resposta e custo por transação.

Conforme afirma Rowley (1994, p. 232), “uma característica essencial de qualquer empreendimento que vise ao compartilhamento de recursos é a existência de um registro que mostre os acervos existentes nas bibliotecas cooperantes.”

De acordo com Weingand (2000), muitas bibliotecas públicas são membros de sistemas bibliotecários que compartilham recursos para poder atender às necessidades de seus usuários. Segundo a autora, é muito difícil manter serviços adequados, inclusive para bibliotecas com grandes orçamentos. Muitas bibliotecas públicas de cidades pequenas e zonas rurais não podem aspirar a atender às necessidades de sua comunidade sem se utilizarem das facilidades de pertencer a um sistema bibliotecário.

Dentre os recursos e serviços que os sistemas bibliotecários oferecem ou podem oferecer, a autora destaca:

- a) recursos compartilhados (tanto de material como de pessoal);
- b) coleções especiais;
- c) formação continuada;
- d) serviços técnicos centralizados;
- e) serviços de assessoramento;
- f) serviços dirigidos a grupos especiais de usuários;
- g) distribuição de subvenções estatais e/ou autônomas;
- h) serviços administrativos e de apoio.

Segundo Rowley (1994, p. 288):

mesmo nesta era de comunicação eletrônica, as cooperativas muitas vezes são integradas principalmente por bibliotecas de uma mesma localização geográfica. Naturalmente, muitas cooperativas surgiram como esforços conjuntos de bibliotecas de uma determinada localidade.

A autora também afirma que muitas bibliotecas ocupam vários locais diferentes, que, no caso das bibliotecas públicas, podem achar-se geograficamente dispersos. Em algumas situações, as redes talvez não sejam apropriadas para todos os locais, e, provavelmente, outras alternativas independentes, como os catálogos em linha de acesso público em CD-ROM, apresentem melhor relação custo-eficácia.

Sobre a constituição de sistemas de bibliotecas públicas, a UNESCO (1994)\* sugere que “para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados.”

“A rede de bibliotecas públicas deve ser criada em relação com as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como com as bibliotecas escolares e universitárias.” (UNESCO, 1994).

Suaiden (1980, p. 51), se referindo aos sistemas de bibliotecas no Brasil, afirma que:

As bibliotecas públicas estaduais ou regionais, como cabeças do Sistema, são responsáveis pelas atividades de assistência técnica às bibliotecas integrantes do Subsistema, tais como catálogo coletivo, catalogação e classificação das obras, treinamento de recursos humanos, etc.

As bibliotecas públicas existentes e a serem organizadas devem obedecer aos princípios de cooperação, racionalização e planejamento de suas atividades-fim e atividades-meio, tendo por meta a organização do Subsistema de base estadual e regional.

### 5.3 INFORMATIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS

A compreensão e correta avaliação do atual estágio de desenvolvimento do processo de informatização das bibliotecas públicas, especialmente, no Rio Grande do Sul, demanda uma revisão da produção intelectual sobre o assunto.

Em relação à literatura conceitual, o que deve ser destacado, inicialmente, é a própria designação do processo. Nos primeiros anos de sua aplicação desde seu espaço de origem, os Estados Unidos, e, por extensão aos demais países, identifica-se

---

\* Documento eletrônico não paginado.



como automação ou automatização, a criação e implantação, nas bibliotecas, de dispositivos ou equipamentos que realizam operações planejadas pelo homem, regulando seu próprio desempenho, conforme define Ferreira (2000).

Gradualmente, em consequência do avanço tecnológico que vem resultando na produção de equipamentos e *softwares* mais sofisticados, o termo **informática** passa a substituir **automação** (automatização) para identificar a aplicação dos computadores no desenvolvimento de recursos e serviços bibliotecários.

Durante a realização do levantamento do referencial teórico que integra a presente pesquisa, encontrou-se diferentes termos para expressar um mesmo conceito. Alguns autores utilizam o termo **automação**, outros **automatização** e/ou **informatização**. Por uma questão de princípio terminológico e respeito ao direito de autor, todos os termos citados acima foram utilizados para expressar as idéias dos autores consultados (considerando-se a sua sinonímia com o termo **informatização**).

Dentre os diversos estudos realizados sobre o tema, encontrou-se um, em especial, cujos autores questionam o termo **automatizar bibliotecas**. Quando se referem a automatizar bibliotecas, Silva e Pacheco (2002, p. 57, tradução nossa) afirmam que “o termo deve cair em desuso, pois não expressa o conteúdo de inovação inerente às mudanças introduzidas pelas novas tecnologias.”

Para Silva e Pacheco (2002, p. 51, tradução nossa) “[...] não se trata de automatizar, sim de introduzir tecnologias nas organizações para desenvolver novos processos”, porque “introduzir tecnologias está muito longe da mera aquisição de equipamentos e programas”. Significa, pois, atender tudo o que se requer para que essas tecnologias sejam usadas pelo pessoal em função dos objetivos da instituição.

Ainda conforme os autores, “[...] são muitas as organizações que compram equipamentos, redes e programas mas não têm o êxito esperado.” (SILVA; PACHECO, 2002, p. 52, tradução nossa).

[...] O êxito não deve estar referido à instalação dos sistemas e sim ao fator humano. [...] Em um processo de introdução de tecnologias devemos escolher bem os produtos, os sistemas, os equipamentos e os assessores, mas a atenção principal deve estar no pessoal, os processos de indução, a educação, a cultura digital da organização, a gestão de projetos, a transferência de tecnologia (SILVA; PACHECO, 2002, p. 52, tradução nossa).

De acordo com Silva e Pacheco (2002, p. 51):

[...] a automatização havia sido um processo descontínuo, por diversas razões, entre outras, a tentativa de automatizar mediante a aquisição de equipamentos e programas, sem levar em conta a globalidade dos processos de gestão, indução, educação, controle de projetos e transferência tecnológica requeridas. Em alguns casos, se tratou falidamente de automatizar com “programas”, mas não com “produtos”.

Segundo Silva e Pacheco (2002), o planejamento dos processos humanos ligados à introdução de tecnologias deve anteceder as questões ligadas ao suporte técnico, que também é de altíssima relevância. Além disso, os autores afirmam que “[...] não é suficiente contratar pessoal capaz, é necessário assegurar sua formação permanente [...]” (2002, p. 52, tradução nossa).

“[...] A automação dos serviços de informação surge como elemento-chave para que os sistemas de informação se aperfeiçoem e se expandam, provocando também mudanças nos hábitos de acesso e uso da informação.” (Côrte et al., 2002, p. 18).

Silva e Pacheco (2002, p. 52, tradução nossa) afirmam que “a introdução de tecnologias não é um problema técnico. A introdução de tecnologias é, antes, um problema de gestão.”

“O processo de automação de bibliotecas [...] exige um projeto de implantação elaborado em parceria com o fabricante do produto e usuários.” (Côrte et al., 2002, p. 210).

Rowley (1994) afirma que os computadores devem ser vistos como um meio de compartilhar dados bibliográficos e, em certa medida, os acervos das bibliotecas, embora conservando a capacidade de propiciar um serviço especializado para a própria clientela da biblioteca. De acordo com a autora, um trunfo importante de um sistema informatizado é o controle adicional de todas as funções da biblioteca que se consegue com a ajuda de informações gerenciais mais abrangentes, facilitadoras de um processo decisório eficaz.

Silva e Pacheco (2002, p. 51, tradução nossa) afirmam que:

Automatizar processos é importante porque ganhamos eficiência e produtividade em trabalhos que, de alguma maneira, são rotineiros ou mecânicos. A automatização de bibliotecas permitiu [...] a geração automática dos catálogos usados para oferecer aos usuários a informação que requeriam das coleções [...] que integravam a biblioteca. A automatização do serviço de circulação de empréstimo permitiu ganhar não só velocidade e eficiência neste serviço, como também segurança na administração das coleções expostas a ele.

Figueiredo (1999) afirma que o profissional da informação tem a responsabilidade de entender a informatização como um processo que proporciona a chave para que os sistemas de informação sejam aperfeiçoados, buscando executar melhor os serviços e torná-los mais convenientes para o usuário e para o profissional.

Côrte et al. (2002) afirmam que o processo de informatização vai além da escolha de um *software*. O planejamento deste processo envolve, principalmente, a determinação de investimentos financeiros, para cobrir os custos da capacitação de recursos humanos e usuários, desenvolvimento do parque tecnológico e do cumprimento de normas e padrões.

Além do apoio institucional necessário, dois tipos de profissionais são fundamentais ao processo de informatização ou automação de bibliotecas [...]: o profissional da área de documentação e o profissional de processamento de dados/informática. Pela natureza e complexidade de cada uma das etapas do ciclo documental não são muitos os profissionais de processamento de dados que têm desembaraço nesse tipo de aplicação, o que gera certo desconforto e dificuldades para o bibliotecário no diálogo com o analista de sistemas, tanto para expor suas necessidades quanto para ouvir soluções compatíveis com seu problema (CÔRTE et al., 2002, p. 205).

De acordo com Weingand (1999)\*, além da equipe da biblioteca, é importante a participação dos usuários no processo de planejamento da informatização, pois este fato permite que eles se sintam integrados e colaborativos. Segundo a autora, “são o pessoal e os usuários os que trabalharão de forma mais próxima com o sistema, portanto, suas preferências e recomendações devem ser levadas em conta na hora de tomar decisões” (tradução nossa).

Conforme Ortega (1998, p. 75), “os bibliotecários brasileiros não têm dados elementares sobre a automação nem *background* para implantar, administrar e, muitas vezes, para alimentar um sistema de informação automatizado.” Para a autora, “a formação bibliotecária é fator que contribui para a precária constituição e implementação de bases de dados automatizadas.”

Ortega (1998, p. 58) afirma que:

[...] as bibliotecas públicas, estigmatizadas pela deficiência de recursos, talvez pudessem encontrar alternativas interessantes por meio do uso otimizado da tecnologia. Para tal, o bibliotecário precisa conhecer e entender essas tecnologias e suas aplicações.

---

\* Documento eletrônico sem paginação.

Com relação ao Microisis, é indiscutível a sua importância na formação e capacitação dos bibliotecários e outros profissionais ligados à área da informação que desenvolvem ou utilizam bases de dados.

Sobre estas afirmações da autora, deve-se considerar que data de fins da década de 90, existindo uma lacuna de tempo de quase sete anos até os dias de hoje. Além deste fator, no decorrer deste estudo não foram encontradas pesquisas que informem sobre o estado da qualificação dos bibliotecários brasileiros, necessária para o planejamento, elaboração, implantação e alimentação de sistemas automatizados de dados catalográficos.

Mesmo assim, as afirmações da autora foram consideradas importantes ao presente estudo, pois podem incentivar a realização de uma série de pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto.

Para realizar-se a automatização de uma unidade de informação, a partir de um planejamento prévio, baseado nas necessidades da unidade de informação e de seus usuários, é necessário eleger quais os *softwares* e *hardwares* que deverão ser adquiridos. Segundo Weingand (1999)\*:

Se debe considerar otro factor al sopesar la elección del software y hardware: la adquisición de las tecnologías más adecuadas. El concepto de "adecuado" simplemente significa que las decisiones se fundamentan en los estudios de usuarios y por lo tanto tienen en cuenta sus necesidades y los recursos tanto externos como internos de los que se disponen.

“A escolha de um software exige [...] a análise da ferramenta, seus recursos, suas potencialidades, a capacidade do parque tecnológico institucional.” (Côrte et al., 2002, p. 35).

Figueiredo (1999 apud CÔRTE et al., 2002, p. 207) afirma que:

O maior benefício com a implantação do processo de informatização é a rapidez, agilidade e eficiência no atendimento e prestação de serviços, isto é, a otimização das atividades não só com relação aos usuários, como também no que diz respeito ao controle e formação do acervo, levantamentos bibliográficos, catalogação, empréstimos, comutação, reclamação de obras em atraso e processamento técnico.

De acordo com Figueiredo (1999), a alteração substancial observada no processo diz respeito ao comportamento do usuário, que ao ter acesso ao sistema, pode realizar suas próprias pesquisas.

### 5.3.1 Bases de dados

“Uma base de dados é uma coleção de dados relacionados de certa forma entre si e organizados para que seja possível encontrar nela a informação que se deseja.” (ICAITI, 1987, p. 9, tradução nossa). Pode-se citar como exemplos de bases de dados: catálogo de biblioteca (em fichas ou informatizado), diretórios, etc.

De acordo com Noronha e Passarelli (2001) os objetivos das bases de dados são “fornecer informação atualizada (recursos estruturais), precisa e confiável (não dar a informação pela metade) e de acordo com a demanda (oferecer o que o usuário necessita).”

Podem apresentar-se sob os formatos Impresso (sub-produto das bases de dados), em CD-ROM (disco ótico com acesso local ou remoto) e *online* (acesso direto ou remoto via Internet).

Segundo Kremer (1985), as bases de dados são organizadas de forma que as informações sobre os documentos ali incluídas possam ser recuperadas em atendimento às demandas dos usuários. Afirma ainda, que essas podem ser expressadas de várias maneiras, sendo as mais comuns por assuntos, autores e títulos dos documentos.

De acordo com a autora (1985, p.189), “no caso de bases de dados automatizadas, qualquer dado incluído pode-se transformar num ponto de acesso para a recuperação da informação, o que torna o processo de recuperação de informação mais ágil.”

Se a coleção de dados a manejar é muito pequena, a vantagem de uma base de dados computadorizada não é notória. Quando se trabalha com grandes quantidades de dados, que dificilmente poderiam ser manejados manualmente de forma eficiente, busca-se aproveitar a capacidade que a automatização nos oferece (ICAITI, 1987, p. 9).

De acordo com ICAITI (1987), são vantagens do uso de bases de dados informatizadas:

- a) obtenção de informação acessível de forma rápida e com baixo custo;
- b) possibilidade de buscar informação usando diversas combinações de termos e outros elementos, que não seriam possíveis em um catálogo de fichas, por exemplo;

- c) possibilidade de geração de um número ilimitado de produtos não imaginados no momento da definição da base.

Conforme ICAITI (1987), a informação obtida de uma base de dados pode ser exibida de diversas maneiras. Dentre elas, as principais são: a interativa (diálogo entre o usuário e o computador) e os produtos impressos (informes periódicos, informes de atualização, disseminação seletiva, respostas a consultas, etc.).

“A qualidade de uma base de dados reside na sua capacidade de selecionar registros de acordo com critérios determinados e, em seguida, imprimir ou exibir os dados segundo diferentes ordenações e formatos.” (ROWLEY, 1994, p. 55).

#### 5.3.1.1 Tipos de bases de dados

De acordo com Cunha (1989) e Rowley (1994), as bases de dados classificam-se em bases de referências e de bases de dados de fontes.

- a) bases de dados referenciais: armazenam referências ou informações secundárias sobre fontes primárias;

Rowley (1994, p. 68) afirma que as bases de dados referenciais “encaminham ou orientam o usuário para uma outra fonte, que pode ser um documento, uma instituição ou um indivíduo, a fim de obter informações adicionais ou conseguir o texto integral de um documento”. Esta categoria abrange os seguintes tipos de bases de dados:

- *bases de dados bibliográficos*: apresentam referências ou citações bibliográficas, com ou sem resumos, da literatura publicada em determinada(s) área(s) do conhecimento. São as mais utilizadas pelas bibliotecas;
- *bases de dados de diretórios*: apresentam referências, com ou sem resumos, de pessoas, organizações, eventos, etc.;
- *bases de dados catalográficos*: relacionam quais os documentos que a biblioteca possui em seu acervo, porém não proporcionam informações adicionais sobre o conteúdo desses documentos.

- b) bases de dados de fontes: contêm as fontes primárias. Desta forma, o usuário não necessitará recorrer a outras fontes para acessar informações textuais.

As bases de dados de fontes dividem-se em:

- *bases de dados numéricas*: aquelas que apresentam séries estatísticas ou dados numéricos. Em alguns casos, seus dados podem ser manipulados para geração de tabelas ou gráficos;
- *bases de dados de texto completo*: aquelas que contêm os textos completos dos documentos. Também podem apresentar dados numéricos;
- *bases de dados de dicionários*: aquelas que apresentam manuais ou dicionários, com definições, nomenclaturas químicas, propriedades físicas, etc.;
- *bases de dados gráficos*: aquelas que apresentam imagens, como desenhos, figuras, logotipos, etc.

#### 5.3.1.2 Estrutura de bases de dados

De acordo com ICAITI (1987), a estrutura de uma base de dados divide-se em três componentes:

- a) arquivos (uma coleção de registros relacionados de forma lógica);
- b) registros (coleção de campos relacionados de alguma forma);
- c) campos (menor elemento da base de dados; podem ser repetitivos ou não; podem ser de tamanho fixo ou variável; podem conter subcampos – segmentos de campo precedidos de algum carácter que lhes atribua o status de subcampo) – estes abrigam dados numéricos, alfabéticos, caracteres especiais, ou uma mescla de vários destes.

A norma ISO 2709, que estabelece padrões para os formatos de intercâmbio de dados em meio magnético, define alguns termos relacionados com as bases de dados e os formatos de intercâmbio de dados, conforme pode-se observar:

- a) registro: coleção de campos, incluindo líder, diretório e os dados;
- b) campo: partes de tamanhos variáveis do registro, contendo uma categoria específica de dados, seguindo o diretório e associado a uma entrada do diretório. Um campo pode conter um ou mais subcampos;

- c) identificador de subcampo: elemento de dados de um ou mais caracteres imediatamente precedentes e identificadores de um subcampo;
- d) diretório: indexa a localização dos campos dentro do registro;
- e) registro líder: campo que ocorre no início de cada registro estabelecendo parâmetros para o seu processamento;
- f) separador: caracter de controle usado para separar e qualificar logicamente e hierarquicamente as unidades de dados;
- g) subcampo: parte de um campo contendo uma unidade definida de informação;
- h) estrutura: organização das partes que constituem um registro;
- i) parágrafo: três caracteres associados a um campo e utilizados para identificá-lo. Também conhecidos como *tag* ou etiqueta.

Todos estes elementos farão parte de uma base de dados, seja ela simplificada ou mais complexa.

As características da estrutura serão definidas no momento em que determinada base de dados for planejada.

### 5.3.1.3 Planejamento de bases de dados

“Antes de começar a desenvolver uma base de dados, pode ser de interesse indagar se já existem similares; isto não só para evitar duplicações desnecessárias e também porque as existentes podem ser complementares e é útil conhecê-las.” (ICAITI, 1987, p. 17, tradução nossa).

“Uma base de dados deve responder a determinadas necessidades. A unidade de informação pode detectar que dados ou tipos de dados são necessários para seus usuários e com base nisto determinar qual ou quais bases de dados criar.” (ICAITI, 1987, p. 9, tradução nossa).

Deve-se determinar se o trabalho será realizado com o auxílio de uma só base de dados que inclua toda a informação ou se serão divididas em várias que se relacionem entre si.



“Uma única base de dados pode ser útil, já que pode permitir, com uma só sessão de busca, localizar o existente sobre o tema, seja qual for o seu formato e sua localização.” (ICAITI, 1987, p.17, tradução nossa).

Se o volume de informação é grande ou se tem diversas áreas de interesse, possivelmente seja mais prático trabalhar com um conjunto de bases de dados e não somente uma. Isto para evitar que os usuários recorram desnecessariamente a um arquivo volumoso de dados, tornando a busca um pouco mais lenta (ICAITI, 1987, p.17, tradução nossa).

De acordo com ICAITI (1987), para o planejamento e elaboração de bases de dados, deve-se levar em consideração os seguintes fatores:

- a) usuários – quem serão, que tipo de conhecimentos possuem e como a utilizarão;
- b) objetivos – deve-se estabelecer os objetivos internos e externos à biblioteca em que a base de dados será implementada;
- c) estabelecer quais serão as prioridades de trabalho – como começar a registrar aquelas coleções e/ou documentos que não possuam bons pontos de acesso;
- d) fatores de desenho da base de dados – conteúdo, estudo das bases existentes, cobertura, base piloto e tamanho;
- e) fatores de ingresso de dados – confiabilidade dos dados, utilização de formatos normalizados, exibição dos nomes dos campos, uso de tesauros, janelas de ajuda, menus e correção de erros;
- f) fatores de recuperação de informação - contagem de registros, uso de operadores booleanos, truncagem de termos e constituição de um vocabulário controlado;
- g) proteção dos dados – estabelecimento de níveis de acesso para evitar que os registros sejam editados, modificados e/ou apagados por pessoas desqualificadas e sem autorização para tais tarefas;
- h) manutenção – realização de cópias de segurança, ingresso de novos dados, correção de dados, eliminação de dados, modificações estruturais, etc.;
- i) materiais e equipamentos a serem utilizados;
- j) *hardware* necessário;

- k) *software* – interatividade usuário-computador, menus, campos e registros de tamanhos fixos e variáveis, compatibilidade com o sistema operacional, linguagem em que está escrito, possibilidade de definição de campos, linguagem de busca, acesso a várias bases simultaneamente ou não, acesso multiusuário, opções de indexação e seu controle, proteção dos dados, tradução de instruções e seleções, etc.;
- l) pessoal – deve-se prever quem vai estruturar a base de dados, quem vai administrar, quem realizará a localização e/ou obtenção dos dados, quem realizará a inserção dos dados, etc.;
- m) ingresso de dados - várias possibilidades de ingresso, facilidade de ingresso, flexibilidade (agregar novos campos, eliminar campos, etc.), modificação de registros (um a um, por lotes, etc.), edição dos registros (um a um, campo por campo, subcampo por subcampo, por caracteres, global, etc.);
- n) fatores de uso - ao começar a usar uma base de dados é possível que apareçam problemas que não foram previstos durante o desenho. É possível que se encontrem erros no conteúdo dos registros ou erros de funcionamento do sistema.

De acordo com ICAITI (1987, p. 48, tradução nossa), “deve-se determinar que necessidades tem os usuários da base de dados que não sejam cobertas pelo sistema. Mesmo que não se trate de redesenhá-la constantemente, é possível fazer pequenas modificações que signifiquem grandes melhorias.”

#### 5.3.1.4 Avaliação de bases de dados

De acordo com Rowley (1994) os principais critérios utilizados para a realização da avaliação de uma base de dados são:

- a) cobertura: assunto e tipo de material adequados; abrangência, duplicidade e outros serviços;
- b) tipo de base de dados: referencial, de fonte;
- c) atualidade: período coberto pela base e/ou desde quando se acha disponível e freqüência de atualizações;

- d) saída: conteúdos das referências - qualidade dos resumos; forma (ficha, microforma, papel); em linha ou fora de linha; extensão da saída;
- e) linguagem de indexação: variedade de pontos de acesso ou campos pesquisáveis, em termos de desempenho de recuperação almejado;
- f) custo: quem vai pagar, como distribuir custos;
- g) documentação e instrumentos auxiliares de busca: manuais, help, informações sobre sistemas de classificação, tesouro, manuais de treinamento, etc.;
- h) hospedeiro: onde a base se acha disponível;
- i) meio de armazenamento e possibilidades de acesso;
- j) formato de registro e estrutura da base de dados.

Para contribuir com o processo de avaliação de bases de dados em bibliotecas, é importante permitir a participação dos usuários.

De acordo com ICAITI (1987, p. 48, tradução nossa):

é útil que os usuários – particularmente os usuários internos – possam fazer sugestões e assinalar erros que requeiram correção. Para isto pode-se usar uma folha impressa que facilite indicar, com poucas palavras, em que consiste o problema encontrado. Isto permitirá posteriormente aos encarregados pelo sistema fazer as correções do caso.

### 5.3.2 Softwares de gerenciamento de bases de dados

Para que seja possível a implantação do processo de elaboração de bases de dados informatizadas, é necessário que a unidade de informação possua um *software* ou programa de gerenciamento de bases de dados.

“Os programas mais sofisticados para bases de dados assumem a forma de um sistema de gerenciamento de bases de dados. Um sistema de gerenciamento possibilita relacionar entre si duas ou mais bases de dados [...]” (ROWLEY, 1994, p. 55).

Pode-se citar como um exemplo de *software* de gerenciamento de base de dados o *software* Winisis, o qual será abordado a seguir.

### 5.3.3 Winisis

Com base nas categorias estabelecidas por Rowley (1994) e Cunha (1989), para distinguir os tipos de bases de dados, pode-se definir o Winisis como um *software* de gerenciamento de bases de dados referenciais.

O Winisis é a versão do *software* Microisis, desenvolvido pela UNESCO especialmente para funcionar em ambiente operacional Windows.

#### 5.3.3.1 Histórico

Na década de 60, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolveu um *software* para gerenciar suas bases de dados, denominado ISIS (Integrated Set of Information System), desenhado para computadores de grande porte.

No início da década de 70, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou o *software* denominado CDS (Computerized Documentation System) cuja finalidade era proporcionar aos estados-membros o acesso a informações em seus bancos de dados. Segundo Ortega (1998), este *software* foi desenvolvido para ser utilizado em um computador ICL, que mais tarde precisou ser substituído por um computador IBM. Para a realização desta atividade, a UNESCO necessitou adotar o *software* ISIS da OIT, desenvolvido para computadores de grande porte da IBM.

A partir de então, a UNESCO passa a denominar seu *software* para gerenciamento de bases de dados de CDS/ISIS (Computerized Documentation System - Integrated Set of Information System).

“A primeira versão do CDS/ISIS para microcomputadores – Microisis - foi apresentada em uma reunião de usuários da versão *mainframe*, em 1985, em Buenos Aires” (ORTEGA, 1998, p. 16), passando a ser distribuído para bibliotecas e outras instituições de todo o mundo, gratuitamente.

Nesta época, o *software* ainda “era um pacote fechado, ou seja, [...] não permitia que o usuário desenhasse aplicações particulares, segundo suas necessidades.” (ORTEGA, 1998, p. 16).

O Winisis, uma versão do CDS/ISIS para utilização no sistema operacional MS-Windows, foi apresentado a seus usuários somente na década de 90, por seu desenvolvedor Giampaolo Del Bigio. A partir de então, o *software* passa a ser distribuído internacionalmente e vem recebendo novas versões periodicamente. Destas, a mais atual é a 1.5 (build 3), desenvolvida em 2003.

Além do Winisis, a UNESCO também dispõe de outros *softwares* desenvolvidos para interagir com bases de dados com padrão CDS/ISIS, como o WWWISIS, o JAVAISIS, o ISISMARC e o ISISASCII.

A BIREME é o distribuidor oficial do *software* Winisis no Brasil. Mas esta ainda não disponibilizou a última versão do *software*. A versão que está sendo distribuída em seu *website* é a 1.4 (build 19), a mesma utilizada pelo SEBP-RS, no Projeto Integrar Bibliotecas-RS, para operação da base de dados INBIB.

### 5.3.3.2 Características básicas

Dentre as principais características do Microisis destaca-se a possibilidade de “intercâmbio (exportação/importação) de dados entre bases de dados Microisis e/ou entre outros sistemas, por meio da norma para intercâmbio de dados ISO 2709.” (ORTEGA, 1998, p. 18).

De acordo com Ortega (1998, p. 21):

Os bancos de dados de terceira geração, com requisitos mínimos de atualização tecnológica, incluem a interface gráfica como propiciador da maior interatividade entre máquina e usuário (intermediário ou final). Além das vantagens que essa interface reconhecidamente oferece, a versão do Microisis para Windows possibilita a operação simultânea de bases de dados e a manipulação de bases de dados de imagens.

Segundo Ugobono (1999) o Winisis se mantém totalmente configurável pelo administrador da base, quem poderá definir distintos perfis de usuários segundo suas necessidades (somente busca, exportação de registros, exportação restrita de registros, acesso completo, etc.) e também pode decidir quais serão a ou as bases acessíveis.

O Winisis apresenta todas as funções da versão para sistema operacional DOS, ou seja, uma mesma base de dados pode operar simultaneamente, tanto em ambiente

Windows como em DOS, pois as estruturas dos arquivos de dados, de parâmetros e de definição das bases de dados são idênticas.

Outro recurso interessante oferecido pelo Winisis é a possibilidade de se realizar ligações hipertextuais entre registros de uma mesma base de dados ou entre bases diferentes.

De acordo com Ugobono (1999), o assistente para definição de base de dados do Winisis permite a criação de bases de dados, formatos e tabelas de seleção de campos (FSTs) sem ter conhecimentos de linguagem de formatação ou de desenho de bases de dados.

#### 5.3.3.3 Importância

Ortega (1998, p. 73) afirma que:

O *software* CDS-ISIS tem contribuído de forma decisiva para a implantação e desenvolvimento de sistemas de informação nacionais, regionais e internacionais, desde os primeiros passos da automação. É altamente utilizado em países em desenvolvimento e, significativamente adotado em países desenvolvidos, sendo considerado um dos *softwares* para recuperação da informação mais utilizado no mundo.

#### 5.3.3.4 Relação custo-benefício

“Por tratar-se de um *software* não comercial, incentivou e consolidou uma rede mundial de solidariedade e ajuda mútua, decorrente em especial da característica de poucos recursos econômicos das instituições usuárias do Microisis.” (ORTEGA, 1998, p. 73).

“Ficou bastante evidente por todos os relatos de experiência levantados que, o custo praticamente zero é um dos fatores na opção pelo Microisis em bases de dados bibliográficos pelas bibliotecas e centros de documentação.” (ORTEGA, 1998, p. 76).

Ortega (1998) afirma que o Microisis possui uma flexibilidade não disponível nos pacotes fechados de *softwares*. Segundo a autora, isto evidencia-se pela: alta e variada capacidade de recuperação de informações; possibilidade de intercâmbio de

informações por meio dos recursos de exportação e importação; flexibilidade na definição de bases de dados; formatação da visualização em tela e dos relatórios impressos; multiplicidade de bases de dados definidas com características próprias.

#### 5.3.3.5 Documentos sobre Winisis no Brasil

Ortega (1998) afirma que existe uma diferença substancial entre os documentos publicados sobre o Microisis em diversos países. No Brasil, geralmente, é superficial e descritivo, ao contrário dos publicados pelos outros países da América Latina, Ásia, África e Europa, considerados mais consistentes e analíticos, tanto com relação à definição de políticas quanto às questões técnicas.

### 5.4 FORMATOS DE INTERCÂMBIO DE DADOS

Conforme Ortega (1998), os formatos objetivam fornecer metodologia para a concepção de uma base de dados. Isto implica que, independente das necessidades de intercâmbio, os estudos e os modelos sedimentados de formatos, contribuem para a difusão e o aprimoramento das bases de dados automatizadas. Ao serem criados princípios mínimos legitimados para o tratamento da informação automatizada, torna-se possível, como consequência e não como objetivo principal, a agilidade na troca de dados entre bases distintas. A adoção de um formato padrão adaptado às necessidades informacionais locais é mais adequada do que a criação arbitrária (e trabalhosa) de um formato qualquer.

A autora adverte sobre a restrição atribuída às funções de um formato, quando relacionado unicamente com o intercâmbio de dados. A autora salienta que existe uma grande confusão em torno do termo **formato**, afirmando que, na maioria dos estudos latino-americanos, utiliza-se a nomenclatura **formato de registro de informação bibliográfica** ao invés de **formato de intercâmbio**, como ocorre no Brasil.

De acordo com Ortega (1998), pode-se dizer que formato de intercâmbio é um padrão para o tratamento automatizado do dado bibliográfico, tendo em vista tornar eficiente e econômico o intercâmbio de informações entre bases de dados automatizadas. Exemplos de alguns formatos são: IBICT, CALCO, MARC e CCF.

Ortega (1998) afirma que o formato de intercâmbio possui três componentes básicos:

- a) regras externas ao formato definidas para o reconhecimento dos dados entre máquinas na transferência em meio magnético. Ex.: ISO 2709, ANSI Z39.2, etc;
- b) regras para a formulação dos diferentes elementos de dados, em termos de conteúdo e da forma de registrá-los, ou seja, regras de catalogação, de referenciação bibliográfica e códigos de indexação temática;
- c) regras e códigos para a identificação dos elementos de dados do registro, tais como título, assunto, data, etc. Ex.: MARC.

## Formato MARC

MARC significa **MA**chine **R**eadable **C**ataloging (catalogação legível por máquina).

O formato MARC foi criado na década de 60 pela *Library of Congress*, recebendo o nome de LC MARC, mais tarde denominado USMARC, com o objetivo de auxiliar no intercâmbio de registros catalográficos, utilizando o auxílio do computador.

“Como o uso do MARC se estendeu, o formato desenvolveu-se e foi adaptado por organizações de usuários e instituições segundo seus próprios requisitos.” (CRUZ M. et al., 2000, p. 6, tradução nossa). Assim, as bibliotecas nacionais desenvolveram, de acordo com suas necessidades específicas (ajustes para os idiomas locais, requisitos culturais, etc.), algumas variações para o formato. São exemplos destas variações: IBERMARC (Espanha), CATMARC (Cataluña), UNIMARC (França), UKMARC (Inglaterra), CANMARC (Canadá), BNMARC (Brasil), USMARC (Estados Unidos), e outros.



O formato MARC segue os padrões estabelecidos pela norma ANSI Z39.2 – *Information Interchange Format*, equivalente à norma ISO 2709 - *Format for Bibliographic Information Interchange on Magnetic Tape* que, de acordo com Cruz M. et al. (2000, p. 7, tradução nossa), “só define a codificação e estrutura do registro, não estabelece o conteúdo do registro dentro da estrutura.” Além de estar de acordo com estas normas, o MARC também obedece às regras de catalogação estabelecidas pelo AACR2.

De acordo com Cruz M. et al. (2000, p. 8, tradução nossa), o “MARC não é um método de catalogar, é um formato para representar informação bibliográfica para seu uso em uma base de dados informatizada.”

O formato MARC é mais que um formato de descrição bibliográfica. É um conjunto de formatos, publicações, procedimentos, normas, códigos, programas, sistemas e equipamentos que têm estimulado e facilitado o processo de automação de bibliotecas e a construção e desenvolvimento de redes de informação (CÔRTE et al., 2002, p. 209).

Furrie (200, p. 16) afirma que:

o uso do padrão MARC evita duplicação de trabalho e permite o melhor compartilhamento de recursos bibliográficos entre bibliotecas. A opção pelo uso do MARC permite que as bibliotecas adquiram dados catalográficos previsíveis e confiáveis.

Quando uma biblioteca decide criar o seu próprio formato, assume a condição de estar eliminando a possibilidade de compartilhar, com maior amplitude, registros catalográficos com outras bibliotecas.

De acordo com Modesto e Balby (200-), a importância da adoção do uso do MARC resume-se em quatro aspectos principais:

- a) padronização;
- b) dados neste formato são compatíveis entre sistemas automatizados diferentes;
- c) permite às bibliotecas compartilhar recursos bibliográficos e reduzir a duplicação de trabalho;
- d) possibilita a aquisição de dados catalográficos.

Modesto e Balby (200-) enumeram os seguintes motivos para a adoção do MARC como formato de registro catalográfico em uma biblioteca:

- a) maiores possibilidades de opção de obtenção de registros (inclusive pela Internet) e de realizar intercâmbio e migração de sistemas;
- b) a cada sete (7) anos, em média, as bibliotecas serão obrigadas a mudar de sistemas;
- c) a criação de arquivos de registros catalográficos, com seus controles de autoridade, duplicação, consistência, etc., é a parte mais demorada e a mais cara do sistema de automação de uma biblioteca e também a mais importante, pois todos os outros serviços serão baseados neles;
- d) um registro preenchido corretamente, permite utilizar suas informações na elaboração de produtos;
- e) um formato padronizado facilita a atualização ou substituição de sistemas, sem medo de perda de dados.

Segundo Rowley (1994, p. 79):

A estrutura do registro MARC é deliberadamente complexa, a fim de permitir flexibilidade. Quase todo elemento pode ser usado como ponto de acesso, e cada elemento pode ter qualquer tamanho. Tal complexidade foi projetada numa época quando os catálogos impressos ou em microfilme eram a norma. O formato de registro MARC trouxe uma enorme contribuição à padronização e à comunicação por redes, porém há quem acredite que seja chegado o momento de fazer sua reavaliação. Talvez um formato diferente seja mais apropriado num ambiente onde predominem os catálogos em linha de acesso público.

A estrutura do formato MARC envolve três elementos do registro catalográfico:

- a) estrutura do registro ou líder;
- b) indicação de conteúdo ou campos de controle;
- c) dados.

#### *Estrutura do registro ou líder*

Os dados apresentados em um registro em formato MARC são representados por um conjunto de caracteres conhecido como código de máquina, que será reconhecido por computadores. Todos os caracteres alfabético, numéricos, pontos e outros signos são simbolizados por códigos binários.

Cada conjunto de informações é traduzido em uma cadeia de caracteres e guardado em um campo, representado por etiquetas numéricas constituídas de três dígitos, indicando sua posição no registro.

Cada campo abriga um tipo diferente de informação.

Os campos possuem subcampos, que são elementos específicos de dados relacionados entre si. Cada um destes subcampos é precedido de um código de subcampo, geralmente representado por uma letra minúscula, que é precedida por um delimitador (caracter utilizado para separar os subcampos – exemplo: ^, \$, @, etc.).

Os campos podem ser de tamanho fixo (abrigam dados de natureza geral como país de publicação, código referente ao idioma, etc.) ou variável (abrigam dados que são específicos do item a ser descrito, cuja extensão não pode ser limitada, como título, nome de autor, etc.).

#### *Indicadores de conteúdo ou campos de controle*

“São convenções que se seguem para identificar os elementos de dados que serão caracterizados quando for necessário para apoiar o manejo de determinados dados.” (CRUZ M. et al., 2000, p. 10, tradução nossa).

#### *Campos de dados*

Estes campos contêm os dados bibliográficos do registro, identificados através de três caracteres chamados etiquetas numéricas (*tag*), organizadas em blocos que organizam os dados do registro de acordo com as normas de catalogação.

Estes dados são organizados em três grandes blocos:

- a) 000-009 – controle do registro;
- b) 010-099 – números e códigos;
- c) 100-999 – descrição bibliográfica do item.

As etiquetas que precedem e especificam os campos são agrupadas em centenas:

0XX – Informação de controle, números e códigos;

1XX – Entrada principal;

2XX – Títulos, edição, imprensa (título, menção de responsabilidade, edição e informação de publicação);

- 3XX – Descrição física;
- 4XX – Série;
- 5XX – Notas;
- 6XX – Entradas secundárias de assunto;
- 7XX – Entradas secundárias, exceto de assunto ou série;
- 8XX – Entrada secundária de série;
- 9XX – Para uso local (este grupo de campos pode, inclusive, ser utilizado para o registro de código de barras);

Os campos que requerem controle de autoridade utilizam a construção das chamadas etiquetas paralelas, que são os dois últimos dígitos da etiqueta, conforme pode-se observar abaixo:

- X00 – Nomes pessoais;
- X10 – Nomes de entidades coletivas;
- X11 – Nomes de congressos/eventos;
- X30 – Títulos uniformes;
- X40 – Títulos bibliográficos;
- X50 – Termos tópicos;
- X51 – Nomes geográficos.

Um dos problemas do uso do MARC, citado por Cruz M. et al. (2000), é que os catálogos das bibliotecas geralmente levam bastante tempo para acompanhar as mudanças ocasionalmente realizadas na estrutura do formato, pois acarreta a necessidade de atualização de seus *softwares* e/ou base de dados. Mas isto não deve ser visto como um problema do formato, e sim um porém. Significa que o bibliotecário responsável pela gestão de um sistema automatizado de informação que utilize o MARC, deverá prever futuras atualizações de *software* e outros recursos da biblioteca, em função das modificações que possam ocorrer no formato.

Além disto, deve-se considerar que a biblioteca é um organismo em expansão. Quanto mais parceiros ela tiver para compartilhar recursos, menores serão os seus gastos, tanto de esforços como de recursos financeiros e materiais. Considerando que a maioria das bibliotecas do planeta utilizam o MARC como formato padrão para a realização de registros catalográficos automatizados, adotar um formato próprio e

incompatível com este, reduz em muito as possibilidades da realização da cooperação inter-bibliotecária.

## 5.5 GERENCIAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

De acordo com Rowley (1994, p. 92), “os sistemas de informação precisam ser gerenciados de modo eficaz, a fim de prestar serviços confiáveis e úteis.”

Rowley (1994) afirma que os sistemas de informação têm um ciclo de vida, que passa por diversas fases uniformes. Cada uma destas fases exigirá, por sua vez, diferentes atividades de gerenciamento.

As fases do ciclo de vida dos sistemas descritas por Rowley (1994) são:

- a) análise;
- b) projeto;
- c) implementação;
- d) evolução operacional;
- e) deterioração;
- f) substituição.

Segundo Rowley (1994), todos os sistemas passam por estas fases, sendo que em alguns deles estas fases duram minutos e, em outros, podem durar muitos anos. A autora também afirma que nenhum sistema escapa da fase de deterioração, mas explica que se pode adotar medidas gerenciais para que se estenda o máximo possível a vida útil de um sistema. Para a autora, após a fase de deterioração, o sistema é substituído e o ciclo volta à fase inicial novamente.

“Uma análise e projeto de sistemas realizados metodicamente contribuirão para a implementação bem-sucedida do sistema.” (ROWLEY, 1994, p. 93). A autora afirma que uma das etapas importantes da análise de sistemas é a definição dos requisitos do sistema, que procurará responder a questões do tipo:

- a) quais as operações que o sistema abrangerá?
- b) quais as bases de dados que precisam ser criadas?
- c) como serão criadas essas bases de dados?

- d) quais os tipos de registros que a base de dados conterà?
- e) quais as informações que serão procuradas na base de dados?
- f) como serão apresentadas as informações encontradas na base de dados?
- g) quais são as características imprescindíveis à base de dados e quais aquelas que são simplesmente acréscimos opcionais?
- h) quem usará regularmente o sistema?
- i) qual o nível de experiência que se deve esperar dos usuários?

Segundo Rowley (1994, p. 108):

O planejamento examina o funcionamento global do sistema. As áreas que constituem problemas precisam ser identificadas [...]. Assim que os problemas forem identificados, propostas de melhorias serão encaminhadas à administração. Uma vez aprovadas, será desencadeado o planejamento para a implementação das mesmas, e se dará início à análise e projeto de sistemas.

“A implementação leva à evolução operacional, durante a qual o sistema alcança os seus objetivos e é modificado de tempos em tempos, para se ajustar a pequenas mudanças de requisitos.” (ROWLEY, 1994, p. 92).

“Treinamento de pessoal e preparação de listas de especificações e manuais de instrução e referência apropriados são importantes para a implementação bem-sucedida de um sistema.” (ROWLEY, 1994, p. 100).

De acordo com Rowley (1994, p. 101):

[...] após a implementação a contento, será preciso concluir a tarefa voltando-se à especificação e avaliando a extensão com que o sistema está atendendo aos objetivos propostos. Essa avaliação pode resultar em melhorias e aperfeiçoamentos na forma como o sistema é utilizado. A participação em grupos ou cooperativas de usuários [...] também pode ajudar no processo de formulação de comentários que reflitam uma avaliação do sistema e no exercício de pressões em prol de mudanças a serem implantadas pelo projetista ou fornecedor do sistema.

### **5.5.1 Manutenção de sistemas de informação**

“Uma única pessoa deve deter a responsabilidade global pelo sistema. A quantidade de pessoas envolvidas em suporte e manutenção dependerá das

dimensões do sistema, do número de usuários e da localização das estações de trabalho.” (ROWLEY, 1994, p. 108).

A manutenção de sistemas de informação, de acordo com Rowley (1994, p. 108), “tem como objetivo manter em funcionamento o equipamento e os programas.”

Rowley (1994) afirma que a manutenção de sistemas de informação implica em:

- a) monitorar a qualidade e integridade das bases de dados;
- b) enfrentar qualquer problema de funcionamento, como estações de trabalho defeituosas;
- c) corrigir quaisquer situações em que o sistema não funcione a contento;
- d) implementar versões melhoradas de programas e equipamentos;
- e) manter contato com os fornecedores de equipamentos e programas.

“O gerente de sistemas deve [...] decidir como e quando implementar [...] versões melhoradas e analisar as mudanças que serão necessárias em termos de documentação e treinamento.” (ROWLEY, 1994, p. 271).

## **5.5.2 Suporte aos usuários do sistema de informação**

Rowley (1994) afirma que o suporte aos usuários consiste essencialmente em garantir que os mesmos saibam utilizar o sistema do modo mais eficaz e eficiente. O treinamento é o fulcro do suporte. Conforme a autora, é provável que algum treinamento haja sido ministrado durante a implementação, porém os sistemas sofrem alterações, há mudanças de pessoal, há pessoas que se esquecem e há pessoas que adquirem mais experiência e estão dispostas a aprender mais.

### **5.5.2.1 Treinamento**

“Treinamento é o processo educacional de curto prazo aplicado de maneira sistemática e organizada, através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos definidos.” (CHIAVENATO, 1998, p. 495).

Conforme Chiavenato (1998), treinamento não deve ser considerado como uma despesa, e sim como um investimento cujo retorno é altamente compensador para a organização.

De acordo com Cuenca (1999), para que os usuários conheçam os sistemas automatizados de recuperação da informação, sejam capazes de elaborar uma estratégia de busca simples e saibam utilizar a “nova biblioteca eletrônica” e os recursos informacionais de que dispõem, é necessário que as bibliotecas ofereçam treinamento e cursos específicos, como modalidades de programas educativos.

A fase de treinamento deve ser considerada uma etapa imprescindível na implantação do processo de automação. Sua natureza é complexa, pois se trata, não apenas da instalação de um produto, mas da implantação de uma nova filosofia de trabalho em que todas as atividades do ciclo documental estão refletidas (Côrte et al., 2002, p. 57).

Esta atividade deve ser realizada de forma contínua, pois estará sempre baseada no atendimento às necessidades informacionais dos usuários que mudam com certa freqüência, assim como as tecnologias da informação que sofrem alterações a todo momento.

De acordo com Côrte et al. (2002), um treinamento para alimentação (à equipe) ou pesquisa (à equipe e aos usuários) em uma determinada base de dados deve contemplar uma primeira fase teórica, seguida da parte prática. Após essa etapa, inicia-se o processo normal de trabalho onde serão aplicadas todas as técnicas e informações recebidas.

Sempre que for necessário o treinamento deve ser retomado ou realizado periodicamente.

“[...] Nem sempre um [01] treinamento é suficiente para uma completa compreensão do produto [software, base de dados, etc.]” (Côrte et al., 2002, p. 58).

“É imprescindível exigir do responsável pelo treinamento o provimento do material didático e manuais necessários [...]” (Côrte, 2002, p. 59).



### 5.5.2.2 Manualização

De acordo com Brandão (2003, f. 8), “[...] o bibliotecário, tendo como uma de suas funções, administrar processos, atividades, rotinas e pessoas, necessita desenvolver manuais para facilitar seu trabalho e de seus subordinados.”

“Os produtos resultantes da manualização são os diversos tipos de manuais que podem ser desenvolvidos numa organização os quais irão variar, de acordo com o objetivo da sua aplicação.” (ARAÚJO, 1994 apud BRANDÃO, 2003, f. 21).

Luporini e Pinto (1992 apud BRANDÃO, 2003, f. 24) definem manual como sendo “[...] a coleção sistemática de normas, diretrizes, procedimentos que indiquem para todos os funcionários de uma empresa as atividades a serem cumpridas e a maneira como deverão ser realizadas.”

De acordo com Popper (1972 apud BRANDÃO, 2003, f. 22), o manual “deve ser encarado como um livro de normas e regulamentos sujeitos a sofrer alterações e ampliações sempre que para tal se apresentar uma necessidade.”

Araújo (1994 apud BRANDÃO, 2003, f. 24) considera importante que os manuais sejam acessíveis, claros, sistemáticos e susceptíveis de atualização.

Brandão (2003) enumera alguns dos principais tipos de manuais. Dentre eles encontramos o manual de operação, que apresenta e padroniza informações sobre procedimentos a serem seguidos para operação de um equipamento, máquina, instrumento, processo ou instalação. Esta definição aplica-se também para os manuais para utilização de *softwares* e produtos resultantes destes;

Brandão (2003) afirma que antes de se pensar em elaborar manuais de qualquer natureza, deve-se antes averiguar sobre a sua necessidade. Segundo a autora, é importante saber se os usuários estão preparados para usar manuais, se as instruções são reais, autênticas, necessárias e fundamentais, e se haverá atualização dos mesmos.

A elaboração de um manual compreende as seguintes etapas: definição ou atribuição da responsabilidade; definição do conteúdo; preparo da apresentação; confecção ou elaboração, propriamente dita, do documento que contém o manual; redação do texto; distribuição aos interessados e atualização do conteúdo (BRANDÃO, 2003, f. 54).

Hessel (1989 apud BRANDÃO, 2003, f. 58) divide o processo de elaboração de manuais nas seguintes etapas:

- a) verificar validade;
- b) definir o tipo de manual;
- c) identificar usuários;
- d) coletar informações;
- e) montar a estrutura básica;
- f) redigir textos;
- g) testar uso;
- h) produzir o manual;
- i) distribuir material;
- j) montar sistema de atualização.

Oliveira (1998 apud BRANDÃO, 2003, f. 71) sugere como estrutura básica de um manual as seções: “apresentação, índice numérico ou sumário, instruções para uso, conteúdo básico, apêndice, glossário, índice temático e bibliografia.”

Popper (1972 apud BRANDÃO, 2003, f. 93), referindo-se ao conteúdo dos manuais de instruções, afirma que:

[...] deve conter todas as políticas administrativas e rotinas de trabalho da empresa, agrupadas de tal forma que a pessoa que o consulte não tenha dificuldade em encontrar o assunto desejado, tenha certeza de que a rotina ou processo descrito seja o que realmente está em vigor e sendo posto em prática, e ainda que a descrição seja feita em linguagem clara e concisa, não deixando margem para dúvidas ou incompreensões.

Sobre a redação dos manuais, Popper (1972 apud BRANDÃO, 2003, f. 98) afirma que:

[...] deve ser clara, bem compreensível a funcionários de qualquer nível e, acima de tudo, deve ser a mais curta possível, sem, no entanto, sacrificar a clareza do texto ou a inclusão de itens ou explicações indispensáveis. Em suma, devem ser dadas todas as descrições julgadas necessárias, por mais simples que possam ser, de forma curta, concisa e clara.

Conforme Brandão (2003, f. 103), a atualização dos manuais “é uma das etapas mais significativas para que este documento não deixe de representar um importante subsídio informativo para a realização eficiente e eficaz das práticas organizacionais.”

Cury (1995, apud BRANDÃO, 2003, f. 104), referindo-se à atualização de manuais, afirma que “eles devem estar permanentemente submetidos à análise, crítica e avaliação não só por parte dos responsáveis pelo seu gerenciamento, como também pelos seus usuários de modo geral.”

## 5.6 BUSCA E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO

De acordo com Rowley (1994, p. 123):

A maioria das aplicações destinadas à recuperação de textos ou de informações dispõem dos recursos usuais de recuperação. Tais recursos foram desenvolvidos com a finalidade de atender a um ambiente baseado em textos, onde o usuário não sabe de antemão quais são os documentos ali existentes e/ou desconhece os termos a partir dos quais os registros serão recuperados.

“A forma mais rudimentar de se fazer uma busca numa base de dados é percorrê-la, registro por registro, à procura de elemento de dado apropriado.” (ROWLEY, 1994, p. 82). Mas se a base de dados for muito grande, como a base de dados de uma biblioteca pública, por exemplo, deve-se adotar um outro recurso para que se localize a informação desejada. Este outro recurso que pode ser utilizado pelo usuário de um sistema de recuperação de informação é a pesquisa no *arquivo invertido*. O arquivo invertido “[...] é similar a um índice”. (ROWLEY, 1994, p. 84). Alguns autores utilizam o termo **dicionário de termos**. “Usualmente criam-se arquivos invertidos para nomes de autores, palavras dos títulos, termos de indexação de assuntos e formas abreviadas de autor e título.” (ROWLEY, 1994, p. 86).

Ao contrário de Rowley, Lancaster (1996, p. 127) afirma que a maior parte das buscas em catálogos será realizada para:

1. Determinar se a biblioteca possui ou não determinado livro ou outro item – *busca de item conhecido*. O usuário provavelmente disporá de informações sobre o autor ou título, ou ambos, ou para
2. Identificar itens que a biblioteca possui e que tratam de determinado assunto – *busca por assunto*.

Sobre as buscas de item conhecido, Lancaster (1996, p. 127) afirma que “é muito mais fácil lidar com este tipo de busca do que com as buscas por assunto”. De acordo com o autor, uma busca de item conhecido é bem-sucedida quando o usuário localiza

uma entrada para o item procurado, e mal-sucedida se não consegue localizar esta entrada.

De acordo com Lancaster (1996, p. 127) “cada busca de item conhecido que resulte em malogro deverá, então, ser repetida cuidadosamente por parte de um ou vários bibliotecários experientes”, com o objetivo de constatar se o usuário deixou passar despercebida uma entrada que existia no catálogo.

Lancaster (1996, p. 127-128) afirma que:

[...] a taxa de êxito em buscas de item conhecido nos catálogos em fichas de grandes bibliotecas universitárias pode chegar a quase 80% em média. [...] Esta taxa de êxito provavelmente varia de uma biblioteca para outra dependendo de suas dimensões – quanto maior a biblioteca, maior e mais completo será seu catálogo – e das características do próprio catálogo. [...] os resultados no caso de catálogos em linha talvez não sejam muito melhores em média do que os resultados com os catálogos em fichas.

Seaman (1992), pesquisando sobre malogros no uso do catálogo em linha a partir de pedidos errados de empréstimo entre bibliotecas, em uma biblioteca universitária, descobriu que cerca de 9% dos pedidos de empréstimo entre bibliotecas referiam-se a itens que estavam presentes no catálogo mas não foram encontrados pelos usuários.

De acordo com Lancaster (1996, p. 124):

Admitindo-se que o item procurado pelo usuário exista, ainda assim deverá ser localizado nas estantes da biblioteca. Isso freqüentemente implicará que o usuário deve localizar uma entrada para esse item no catálogo da biblioteca, a fim de determinar sua localização nas estantes.

Lancaster (1996) afirma que vários estudos sobre uso do catálogo consideram os seguintes fatores importantes:

- a) experiência do usuário com catálogos de bibliotecas;
- b) inteligência e perseverança do usuário;
- c) quantidade e qualidade das informações que o usuário possui para fazer uma busca no catálogo (informações completas sobre título ou autor, etc.);
- d) método de busca utilizado pelo usuário;
- e) número de pontos de acesso oferecidos pelo catálogo, dentre outros.

De acordo com o autor (1996, p. 128), “[...] é mais provável que o usuário disponha de informação exata sobre o título de um livro do que informação completa e

exata sobre o autor.” Entretanto, o autor também afirma que “[...] a maioria dos usuários fará as buscas pelos nomes dos autores, apesar de a informação de que dispõem sobre o título ser um pouco melhor.”

Grogan (2001) afirma que a falta de sucesso na realização de uma busca de informação pode ocorrer em decorrência de quatro grupos de problemas: problemas com a entrevista de referência, problemas causados pelo conhecimento inadequado das fontes, problemas causados por falhas no sistema da biblioteca e problemas devidos à natureza inexoravelmente falível dos seres humanos.

Lancaster (1996, p. 129) afirma que:

Em nível mais rudimentar, considera-se uma busca bem-sucedida quando o usuário é capaz de obter uma coincidência entre seus termos de busca e os que são usados no catálogo. [...] Outros pesquisadores têm julgado uma busca como bem-sucedida se, em decorrência dela, o usuário seleciona um ou vários livros que possivelmente lhe sejam úteis.

Sobre a busca por assunto, Rowley (1994, 113-114) afirma que:

[...] as pessoas que fazem as buscas descrevem o assunto de seu interesse por meio de termos concisos, que acreditam serem os termos que provavelmente teriam sido usados no índice. Se os termos de busca usados inicialmente não forem encontrados no índice, as pessoas que fazem as buscas poderão tentar termos de busca alternativos até que se esgotem sua imaginação e paciência.

“O processo de recuperação depende muito das etapas de indexação e armazenamento, que determinam, em grande medida, a estratégia melhor possível para as buscas feitas num sistema de recuperação da informação.” (ROWLEY, 1994, p. 114).

Uma questão muito importante para a recuperação de informação é a utilização da *lógica booleana de buscas*. Rowley (1994, p. 120) afirma que a lógica booleana de buscas “é utilizada na maioria dos sistemas. É usada para ligar termos de linguagens controladas ou linguagens naturais, ou de ambas. A lógica é empregada para ligar os termos que descrevem os conceitos presentes no enunciado de busca.”

“Algumas das limitações resultam da forma como um determinado sistema decidiu criar seu arquivo legível pela máquina, com alguns campos sendo recuperáveis e outros não, alguns indexados com expressões, mas não com palavras, e assim por diante.” (GROGAN, 2001, p. 135).

“[...] É conveniente dispor de uma medida de esforço do usuário: quanto tempo levou para satisfazer a uma necessidade de informação ou quanto tempo levou para encontrar quantos itens úteis?” (LANCASTER, 1996, p. 129).

“[...] Se um usuário leva 15 minutos ao catálogo para encontrar três livros que deseja consultar ou tomar emprestados, o custo por item é de cinco minutos do tempo do usuário.” (LANCASTER, 1996, p. 200).

De acordo com Kremer (1985), a eficiência de um sistema de recuperação de informação pode ser aumentada através de uma melhor comunicação com os usuários e do aperfeiçoamento nas estratégias de buscas realizadas.

## 6 METODOLOGIA

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de cunho exploratório, com a utilização de abordagem qualitativa e quantitativa para a análise dos dados obtidos através do emprego da técnica de questionários.

De acordo com Dencker e Da Viá (2002, p. 59), “estudos exploratórios são investigações de pesquisa empírica que têm por finalidade formular um problema ou esclarecer questões para desenvolver hipóteses”.

“Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maiores conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental (Triviños, 1987, p. 109)”.

### 6.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa está constituído pelas quatrocentas e quinze (415) bibliotecas públicas municipais que fazem parte do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul e pela Biblioteca Pública do Estado, órgão coordenador do Sistema.

### 6.3 AMOSTRA DA PESQUISA

Fizeram parte da amostra da pesquisa:

a) a coordenação do SEBP-RS: na gestão em que o projeto foi elaborado e implementado (2001-2002) e na atual gestão (2002 -     ), períodos em que

correspondem às gestões dos dois últimos governadores do Estado do Rio Grande do Sul;

b) as bibliotecas públicas municipais de Nova Petrópolis, Sapiranga e Horizontina, que receberam a base de dados INBIB, participaram do treinamento promovido pelo SEBP-RS para utilização da referida base de dados e que possuem conta de e-mail, como meio de contato alternativo.

Escolheu-se o e-mail como forma de contato com os sujeitos da amostra, pelo fato de ser mais interativo, ágil e econômico, do que a utilização do correio convencional.

Chegou-se à amostra composta por apenas 3 das cerca de 90 bibliotecas que participaram do treinamento para a operação da base de dados INBIB, da seguinte forma:

- Selecionou-se destas cerca de 90 bibliotecas, cerca de 30 que possuíam conta de e-mail como forma alternativa de contato, através do cadastro das bibliotecas públicas fornecido pelo SEBP-RS;
- Destas cerca de 30 bibliotecas, em torno de 60% de seus e-mails estavam errados e/ou desatualizados;
- Recorreu-se à FAMURS para averiguar sobre a correção destes e-mails;
- Conseguiu-se confirmar 15 e-mails;
- Dos questionários enviados para estas 15 bibliotecas públicas municipais, apenas 5 foram respondidos;
- Destes 5 questionários respondidos, selecionou-se 3 para representar distintos grupos de bibliotecas públicas com as seguintes categorias:
  - biblioteca pública com bibliotecário, que utiliza a base de dados INBIB e faz parte da BVRS;
  - biblioteca pública com bibliotecário, que não utiliza a base de dados INBIB e não faz parte da BVRS;
  - biblioteca pública com bibliotecário, que utiliza a base de dados INBIB e não faz parte da BVRS.



#### 6.4 SELEÇÃO DAS FONTES INFORMACIONAIS

A seleção das fontes informacionais, relacionadas com os temas abordados neste estudo e utilizadas como subsídio teórico à esta pesquisa, deu-se através da consulta a catálogos virtuais de bibliotecas, às bases de dados disponíveis na Internet, à população-alvo da pesquisa e aos profissionais da área de Biblioteconomia.

#### 6.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados escolhido para a realização do presente estudo foi o questionário.

Foram elaborados três questionários com diferentes conteúdos, apresentando tanto questões abertas como fechadas. Esta diferenciação deu-se porque intencionou-se levantar informações com os grupos distintos dos sujeitos da pesquisa.

Para Luna (1999, p. 60), “questionários podem ser aplicados em forma de questões abertas, mas estas precisam ter uma formulação clara e sua eficiência ainda dependerá de indivíduos razoavelmente bem-articulados na escrita”. O autor também considera os questionários fechados, enviados por correio, ágeis como instrumento de coleta de informações, facilitando a tabulação das mesmas. Mas, adverte que o pesquisador deve se preparar para um retorno estimado bastante pequeno (de 20 a 30% do total remetido).

#### 6.6 TESTE-PILOTO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Antes de serem aplicados, os questionários foram testados, com o objetivo de eliminar o máximo possível de erros e/ou inconsistências que pudessem apresentar.

De acordo com Dencker e Da Viá (2002, p. 166):

o pesquisador deverá examinar, uma a uma, todas as perguntas do questionário [...], detectando possíveis falhas de elaboração. Esse procedimento é necessário para construir um instrumento de coleta de dados que realmente seja suficiente e adequado para que as respostas exigidas solucionem o problema levantado pela pesquisa.

Após repetidas verificações, realizadas pelo acadêmico, decidiu-se submeter os questionários elaborados a um teste-piloto, utilizando como sujeitos profissionais relacionados com os temas abordados na pesquisa, mas não diretamente envolvidos como sujeitos da mesma.

Participaram do teste quatro Bacharéis em Biblioteconomia (dois com experiência em bibliotecas públicas e dois com conhecimentos sobre o *software* Winisis). Foram acolhidas as suas dúvidas, críticas e sugestões sobre a estrutura dos questionários e a formulação das questões. Estas foram introduzidas na versão do instrumento que foi aplicado aos sujeitos da pesquisa.

## 6.7 COLETA DE DADOS

De acordo com Luna (1999), cada procedimento de coleta de informações, pelas suas próprias características, apresenta uma série de vantagens, mas é limitado em vários aspectos. É preciso que o pesquisador tenha conhecimento das desvantagens e saiba como contorná-las. Se isto não for possível, é mais prudente buscar um procedimento alternativo.

Os procedimentos de coleta de dados adotados nesta pesquisa foram os que seguem:

### 6.5.1 Coleta de dados junto à Coordenação do SEBP-RS

- a) visita à atual e à anterior Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul para verificar a disponibilidade de tempo do pessoal para responder ao questionário;
- b) encaminhamento do questionário, via e-mail, acompanhado de uma carta de apresentação sobre a pesquisa, contendo os objetivos e a delimitação de tempo para a resposta ao instrumento de coleta de dados em questão;
- c) recebimento do questionário respondido e esclarecimento de questões que apresentaram problemas de compreensão;

d) formulação e envio de novas questões, para esclarecer problemas levantados no decorrer do primeiro preenchimento do questionário e envio destas, por e-mail, aos respondentes.

### **6.5.2 Coleta de dados junto às Bibliotecas públicas do SEBP-RS**

O processo de coleta de dados realizado junto às bibliotecas públicas do SEBP-RS, que compuseram a amostra da pesquisa, ocorreu obedecendo às seguintes etapas:

- a) levantamento junto à Coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul dos dados para contato com as bibliotecas públicas municipais do Rio Grande do Sul (endereço, telefones, e-mails, nome do responsável, etc.);
- b) identificação das bibliotecas que participaram dos treinamentos para a utilização da base de dados INBIB e que possuíam e-mail;
- c) contato inicial com as bibliotecas públicas selecionadas sobre a disponibilidade para responder aos questionários;
- d) complementação ou correção dos e-mails das bibliotecas públicas municipais junto à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e/ou às secretarias municipais de educação e/ou cultura;
- e) envio do questionário, via e-mail, acompanhado de uma carta de apresentação sobre a pesquisa, contendo os objetivos e a delimitação de tempo para a resposta ao instrumento de coleta de dados em questão;
- f) recebimento dos questionários respondidos, via e-mail;
- g) reenvio do questionário, por e-mail, acompanhado de uma carta solicitando resposta ao instrumento de coleta de dados em questão e delimitando o tempo para retorno;
- h) recebimento dos questionários respondidos, via e-mail.

## 6.8 TRATAMENTO DOS DADOS

A análise das respostas obtidas, através dos questionários, mencionados anteriormente, obedeceu às seguintes etapas, sugeridas por Triviños (1987):

- a) realização de uma primeira leitura atenta de todas as respostas dos questionários, à medida que foram entregues;
- b) efetivação da segunda leitura das respostas de todos os questionários e sublinhagem das idéias ligadas a algum fundamento teórico;
- c) elaboração da listagem das respostas, por categoria de respondentes e por pergunta;
- d) análise preliminar das respostas classificadas, para detectar divergências, contradições, omissões e coincidências presentes nas afirmações dos respondentes;
- e) análise interpretativa das informações classificadas (dos questionários, dos documentos legais, oficiais, etc.) à luz das teorias que embasam este estudo;

De acordo com Triviños (1987), esta etapa baseia-se em três aspectos fundamentais: nas informações levantadas no estudo, na fundamentação teórica e na experiência pessoal do investigador.

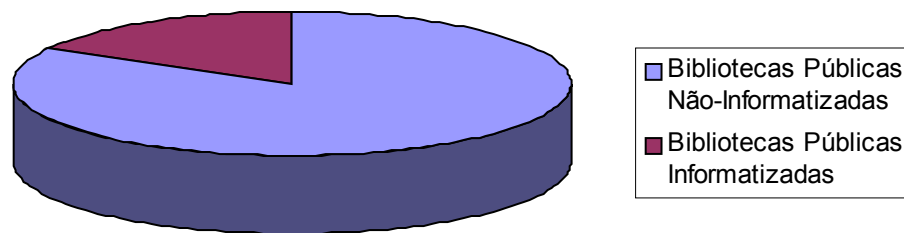
- f) finalização do relatório do estudo.

Assim, os dados obtidos permitiram reunir um conjunto de informações estruturadas, de modo a estabelecer um perfil do SEBP-RS e do desempenho de sua coordenação, com relação à implementação e desempenho do Projeto Integrar Bibliotecas RS.

## 7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

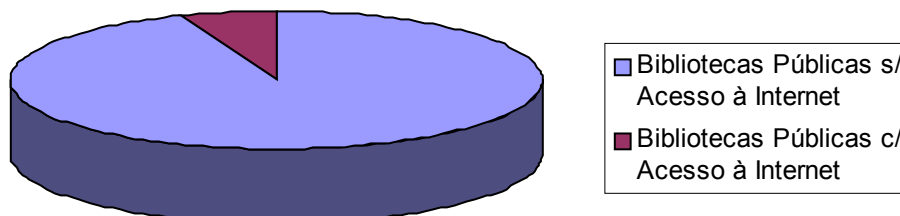
O SEBP-RS está constituído por um total de 415 bibliotecas públicas municipais, sendo 7 na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Destas bibliotecas, apenas 84 encontram-se informatizadas até o presente momento. Isto representa 20% das bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, restando cerca de 80% sem acesso à informatização dos recursos e serviços, conforme demonstrado pela figura abaixo.



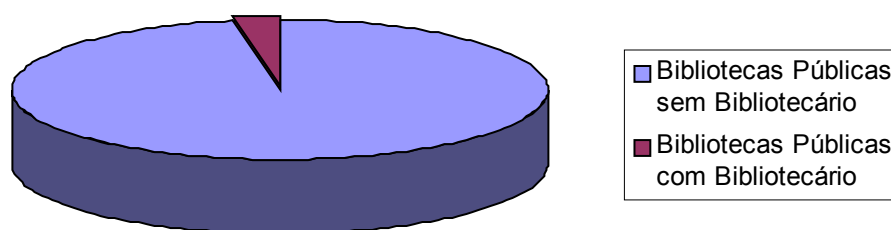
**Figura 1 - Situação das Bibliotecas Públicas em Relação ao Processo de Informatização em 2004**

Das bibliotecas públicas do SEBP-RS que estão informatizadas, apenas 26 possuem acesso à Internet, que representa 6,26%, do conjunto do Sistema conforme mostra o gráfico (Figura 2) a seguir.



**Figura 2 - Bibliotecas Públicas do SEBP-RS com Acesso à Internet**

Apenas 12 bibliotecas públicas municipais e a BPE possuem bibliotecário(a) em seu quadro de servidores. Isto corresponde a 2,9% do universo das bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, conforme ilustra o gráfico (Figura 3) abaixo.



**Figura 3 - Bibliotecas Públicas do SEBP-RS com Bibliotecário**

A escolaridade média da maioria dos demais profissionais responsáveis (não-bibliotecários) pelas bibliotecas públicas do SEBP-RS corresponde ao Ensino Médio.

Todas as 84 bibliotecas públicas do SEBP-RS, que estão informatizadas, possuem computadores com a configuração compatível com os requisitos mínimos de *hardware* necessários para a instalação do *software* Winisis, utilizado para a operação da base de dados INBIB.

Os requisitos impostos pelo SEBP-RS para que as bibliotecas públicas municipais participem do Projeto Integrar Bibliotecas RS são:

- a) possuir computador(es) para instalação do *software* Winisis e da base de dados INBIB;
- b) proceder a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura, a Secretaria da Cultura e o SEBP-RS;
- c) inscrever-se, por encaminhamento do SEBP-RS na BIREME (Biblioteca Regional de Medicina - responsável pela distribuição do *software* Winisis);
- d) obter liberação da licença de uso pela BIREME;
- e) receber treinamento do SEBP-RS;
- f) receber o kit de informatização que consiste em 2 disquetes contendo a base de dados INBIB e o *software* Winisis 1.4, 1 disquete contendo o manual de Entrada de Dados, Folha de Entrada de Dados, Lista de Macrodescritores de Assunto do Sistema Estadual com índice alfabético e Manual de Procedimentos para organização do acervo.

Mas para fazer parte da rede informatizada que o Projeto Integrar Bibliotecas RS propunha, a Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul (BVRS), coordenada pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), as bibliotecas públicas municipais, além de preencherem todos os requisitos acima expostos, deverão possuir um bibliotecário responsável pelo processamento técnico do acervo.

Além do especialista em CDS/ISIS, foram envolvidas no processo de elaboração (modelagem) da base de dados INBIB três (3) bibliotecárias. E a terceira versão da base de dados (que se encontra em fase de andamento) contou com a participação de duas (2) bibliotecárias.

O SEBP-RS não se baseou em nenhum estudo de usuários e/ou uso de informação, elaborados pelas bibliotecas públicas municipais, como suporte para a elaboração da base de dados INBIB.

As principais etapas realizadas no período do planejamento da base de dados INBIB foram:

- a) elaboração do Projeto;
- b) escolha do *software*;
- c) determinação dos campos e subcampos para a base de dados;

- d) escolha dos instrumentos para a realização do processamento técnico: código de catalogação, listas de assuntos, código de classificação decimal, etc.;
- e) testagem da base de dados;
- f) chamada das bibliotecas públicas através do cadastro do SEBP-RS;
- g) treinamentos;
- h) avaliação.

A base de dados INBIB foi instalada e testada na Biblioteca Pública Romano Reif, com a realização de alimentação de dados bibliográficos, antes de começar a ser distribuída pelo SEBP-RS via Internet.

O processo de elaboração da base de dados INBIB não representou custo financeiro para o SEBP-RS e nem para o Governo do Estado. Para as prefeituras, foram apresentados custos de deslocamento do pessoal do SEBP-RS, e custos referentes ao suporte de infra-estrutura para poder operar a base de dados.

De acordo com o SEBP-RS não existe processo de catalogação cooperativa entre as bibliotecas participantes do Projeto, apesar do SEBP-RS ter demonstrado às bibliotecas integrantes como realizar importação de registros bibliográficos, através de *downloads* via Internet, da Biblioteca Pública do Estado, da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul e da Library of Congress.

O SEBP-RS, atualmente, não exerce controle sobre a padronização de procedimentos para a realização do processamento técnico do acervo e da alimentação da base de dados INBIB realizados pelas bibliotecas públicas municipais (resposta da atual gestão).

Já a gestão anterior da Coordenação do SEBP-RS, que implantou o Projeto, exercia controle sobre a padronização de procedimentos para a realização do processamento técnico do acervo e da alimentação da base de dados INBIB realizados pelas bibliotecas públicas municipais através dos seguintes instrumentos:

- a) manual de procedimentos;
- b) manual de entrada de dados (ANEXO B);
- c) assessoria por telefone, e-mail;
- d) visitas às bibliotecas (com ônus para as prefeituras);



- e) orientações disponíveis no *website* do SEBP-RS na Internet<sup>2</sup>, oriundas das dificuldades encontradas no uso da base de dados INBIB pelas bibliotecas e encaminhadas à Coordenação do Sistema.

Para a realização do *download* do arquivo de instalação do *software* Winisis e da base de dados INBIB, através da Internet, é necessário preencher um formulário eletrônico, disponível no *website* do SEBP-RS, cujos dados são enviados automaticamente ao e-mail do SEBP-RS, que passam a constituir um cadastro de usuários. Mas o SEBP-RS ainda não possui um controle sobre os dados dos usuários da base de dados (quantidade de usuários, nomes, e-mails, etc.).

De acordo com os representantes da gestão anterior do SEBP-RS, os problemas apresentados nos processos de instalação e/ou uso da base de dados INBIB, detectados pelas bibliotecas públicas, antes da distribuição via Internet, eram resolvidos diretamente com os bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas. Mas o SEBP-RS não detectou falha alguma.

A gestão atual afirma não ter detectado e nem ter sido notificada sobre qualquer falha no funcionamento da base de dados, por parte das bibliotecas públicas que a utilizam.

O SEBP-RS forneceu um (1) treinamento para cada uma das cerca de noventa (90) bibliotecas públicas, sobre a base de dados INBIB, com carga horária de oito (8) horas, realizados na sede do Sistema. Fizeram parte do conteúdo do treinamento:

- a) apresentação sobre o SEBP-RS e a BPE;
- b) histórico da informatização da BPE;
- c) histórico do INBIB-RS;
- d) escolha do *software* (Winisis);
- e) escolha dos parágrafos da base de dados;
- f) criação da base de dados;
- g) objetivos gerais e específicos do Projeto;
- h) apresentação da documentação de trabalho;
- i) processamento técnico de uma obra com o auxílio de um formulário contendo os campos da base de dados INBIB (ANEXO C);

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>.

- j) processamento técnico da obra diretamente no computador, alimentando a base de dados;
- k) realização de buscas de informação na base de dados;
- l) produção de impressos a partir dos registros da base de dados;
- m) conclusão e encaminhamentos.

Foram treinados os atuantes e/ou responsáveis pelas bibliotecas públicas (auxiliares de biblioteca, bibliotecários, técnicos de informática dos municípios, etc.). Segundo dados fornecidos pelo SEBP-RS, um total de cerca de 120 pessoas foram treinadas, sendo um (1) ou dois (2) representantes por biblioteca.

De acordo com a atual gestão do SEBP-RS, foi fornecido um (1) manual durante os treinamentos (ANEXO B), e que este apresenta linguagem e redação de fácil compreensão para pessoas que não possuam formação acadêmica em Biblioteconomia e descreve com clareza todos os procedimentos (edição de registros, inserção de dados, busca de informação, impressão de relatórios, etiquetas, etc.) que podem ser realizados através da base de dados INBIB. Apresenta também, alguns endereços eletrônicos para eventuais esclarecimentos de dúvidas e fornecimento de ajuda.

Segundo a gestão anterior do SEBP-RS, foram fornecidos dois (2) manuais aos participantes dos treinamentos (ANEXO B e ANEXO E). O Anexo E apresenta informações mais detalhadas sobre o *software* Winisis e sobre a base de dados INBIB (instalação, importação e exportação de registros, uso de senhas, realização de cópias de segurança, atualização do arquivo invertido, impressão de registros em formato de etiquetas, fichas e/ou listas de autores. Este documento também apresenta alguns endereços eletrônicos para eventuais esclarecimentos de dúvidas e fornecimento de ajuda.

Além das instruções constantes nos manuais, o SEBP-RS presta ajuda aos usuários da base de dados por telefone.

O SEBP-RS considera que o grau de conhecimentos básicos em informática (sistema operacional, uso de editores de texto, uso de planilhas de cálculo, manuseio de arquivos eletrônicos, etc.) que os servidores das bibliotecas públicas apresentam é regular.

A atual gestão do SEBP-RS considera que os campos e subcampos da base de dados INBIB atendem totalmente às necessidades de processamento técnico das

bibliotecas públicas para qualquer tipo de documento. Ao contrário, a representante da gestão anterior afirma que os campos e subcampos da base de dados INBIB não atendem totalmente às necessidades de processamento técnico das bibliotecas públicas para qualquer tipo de documento. Podendo ser utilizados apenas para registro de monografias, de periódicos no todo e fitas de vídeo.

O SEBP-RS foi notificado por usuários da base de dados INBIB, durante a gestão anterior, sobre as necessidades de melhorias em sua estrutura. As solicitações de modificações foram avaliadas e implementadas, gerando a segunda edição da base de dados e do manual.

A segunda edição da base de dados INBIB apresenta as seguintes alterações, comparando-se com a primeira:

- a) inclusão de novos tipos de materiais no *pick list* (lista com opções de preenchimento para cada campo da base de dados durante o preenchimento da planilha de entrada de dados);
- b) inclusão dos campos: 740 (entrada secundária de título) e 520 (nota de resumo);
- c) remodelagem dos campos: 005 (data da última alteração do registro), 993 (data de criação do registro), 991 (tipo de registro) e 996 (nome do digitador);
- d) modelagem da caixa de diálogo apresentada ao usuário sempre que o *software* Winisis é inicializado, para a utilização de dois módulos distintos de operação: “entrada de dados” ou “consulta”, com a utilização de senhas diferentes para cada módulo.

Estas modificações foram divulgadas às bibliotecas públicas usuárias da base de dados INBIB, pelo SEBP-RS, através de um seminário e um boletim informativo, através dos quais foram informados os procedimentos de migração dos registros da primeira edição da base de dados para a segunda e sobre a importação de registros de bases de dados *online* da Biblioteca Pública do Estado, Biblioteca Nacional, Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul e da Library of Congress.

Os fatores descritos pelo SEBP-RS como dificultantes do processo de implantação e implementação da base de dados INBIB são os seguintes:

- a) adequação dos equipamentos;

- b) qualificação do pessoal das bibliotecas públicas (conhecimentos nas áreas de Informática e Biblioteconomia);
- c) dificuldade do pessoal em compreender e utilizar o formato MARC;
- d) resistência do pessoal ao uso de computadores.

A adoção do uso da base de dados INBIB sofreu pouca resistência, pois as bibliotecas que procuraram o SEBP-RS para participar dos treinamentos e do Projeto o fazem por vontade própria e não por imposição.

Do total de bibliotecas públicas do SEBP-RS que participaram dos treinamentos e possuem a base de dados INBIB (90 bibliotecas), apenas doze (12), inclusive a BPE, a utilizam efetivamente, fazendo parte da BVRS, no cumprimento de um dos principais requisitos do Projeto, que é possuir como responsável pelo processamento técnico um profissional com formação de Bacharel em Biblioteconomia, ou seja, apenas 13,33% das bibliotecas públicas que participaram dos treinamentos do Projeto INBIB-RS e que receberam a base de dados INBIB possuem um bibliotecário como responsável pelo serviço técnico, de acordo com os registros disponíveis no SEBP-RS.

O SEBP-RS está prestes a disponibilizar a terceira edição da base de dados INBIB para *download*, no *website* BPE. Segundo a Coordenação do SEBP-RS, esta nova edição estaria disponível a partir do dia 14 de maio deste ano, o que ainda não aconteceu até a presente data. As bibliotecas públicas que utilizam a base de dados já estão recebendo cursos de aperfeiçoamento com os conteúdos desta nova edição.

## 8 DISCUSSÃO GERAL DOS RESULTADOS

A realização da presente pesquisa junto ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul e às bibliotecas públicas municipais de Horizontina, Nova Petrópolis e Sapiranga, permitiu identificar o grau de informatização das bibliotecas públicas do Estado, assim como verificar como o Projeto Integrar Bibliotecas RS foi construído e vem sendo gerenciado até o presente momento.

O Rio Grande do Sul possui um número bastante grande de bibliotecas públicas municipais. São cerca de 415, representando pelo menos uma para cada município gaúcho, sendo que alguns municípios possuem mais de uma biblioteca pública.

Verificou-se que um número bastante reduzido de bibliotecas estão informatizadas, segundo dados fornecidos pelo SEBP-RS. Cerca de 20% , apenas. Isto não significa que estas bibliotecas informatizadas possuam equipamentos, *softwares* e pessoal qualificado para a plena operacionalização de qualquer projeto de informatização de seus serviços, pois este estudo não chegou à tal nível de aprofundamento.

Destas bibliotecas informatizadas ou bibliotecas que possuem, pelo menos um computador, apenas 26 possuem acesso à Internet, reduzindo ainda mais as possibilidades de interligação das bibliotecas públicas gaúchas, através de uma rede informatizada de informações, no intuito de promover qualquer tipo de serviço de cooperação interbibliotecária.

O Projeto Integrar Bibliotecas RS está sendo implementado, até o presente momento, por um total de 12 bibliotecas públicas (9 bibliotecas da Região Metropolitana de Porto Alegre, incluindo a Biblioteca Pública do Estado e apenas 3 do interior), que também fazem parte da Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul. Isto demonstra que o foco do Projeto parte da Capital, atingindo as cidades da região metropolitana e atinge a uma parcela ínfima das cidades do interior. Alguns fatores são determinantes para que estas estejam incluídas no Projeto ou não, como possuir bibliotecário responsável,

estar informatizada, possuir a base de dados INBIB e ter assinado um termo de cooperação com o SEBP-RS.

O fato de se exigir a presença de um bibliotecário como responsável pelos serviços prestados pelas bibliotecas, já reduz em muito as perspectivas de integração das bibliotecas públicas a este Projeto, pois foi identificado que o número de bibliotecários em bibliotecas públicas gaúchas, até a presente data, é de cerca de 21. Deste total, 10 profissionais fazem parte das equipes conjuntas da Biblioteca Pública do Estado e do SEBP-RS. Os demais profissionais atuam nas bibliotecas que fazem parte do Projeto Integrar Bibliotecas RS. De acordo com este dado, apenas 2,9% das bibliotecas públicas gaúchas possuem bibliotecários em suas equipes. Salienta-se que estes números são apenas os que se tem registro, pois o SEBP-RS não possui informações sobre o número de profissionais com formação acadêmica em Biblioteconomia, que trabalham nas bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, sejam eles servidores do quadro de pessoal dos municípios ou consultores. É provável que existam mais bibliotecários trabalhando em bibliotecas públicas, e que este número não altere significativamente o percentual de bibliotecas com estes profissionais.

Os demais profissionais (não-bibliotecários) responsáveis pelas bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, na sua maioria, possuem escolaridade de Nível Médio. Um número bastante grande de profissionais sem a qualificação adequada para gerir tais unidades e fazer cumprir efetivamente o seu papel social.

Durante a realização da presente pesquisa, verificou-se que a Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul e o Projeto Integrar Bibliotecas RS tem uma relação muito próxima, mas que esta relação não se encontra devidamente explicada, nem no *website* do SEBP-RS e nem no da BVRS. Após questionamentos direcionados à coordenação do SEBP-RS e à da BVRS, foi possível compreender com clareza qual a relação destes dois projetos.

A BVRS foi elaborada e continua sendo mantida pela FEE. Inicialmente integrou este ambiente com apenas bibliotecas especializadas das administrações direta e indireta do Rio Grande do Sul. Mais tarde, a BVRS abriu-se também para a inclusão de bibliotecas públicas. Estas bibliotecas públicas utilizam a base de dados INBIB, elaborada pelo SEBP-RS, compatível com o formato MARC21, para funcionar em

*software* Winisis, ambos compatíveis com a estrutura da BVRS, que também utiliza estes mesmos padrões.

Assim, o Projeto Integrar Bibliotecas RS não constitui ainda uma rede informatizada de bibliotecas públicas, mas agrega as bases de dados informatizadas de algumas bibliotecas públicas à BVRS.

O SEBP-RS ainda não conta com uma rede efetiva das bibliotecas públicas do Estado que cooperem entre si, apesar destas terem recebido informações sobre os processos de importação e exportação de registros com a utilização do *software* Winisis.

As bibliotecas públicas que fazem parte da BVRS enviam os seus registros catalográficos, realizados com a utilização da base de dados INBIB, ao SEBP-RS, que revisa a consistência destes e os insere na base de dados da BVRS.

Entretanto, se estas 12 bibliotecas públicas que fazem parte de uma rede informatizada, com objetivo, inclusive, de compartilhar registros catalográficos e promover cooperação entre bibliotecas, não cooperam entre si, como estarão as cerca de 400 bibliotecas públicas restantes.

A elaboração da base de dados INBIB não representou custo financeiro para o SEBP-RS e nem para o Governo do Estado, pois o *software* utilizado (Winisis) é distribuído gratuitamente pela UNESCO e o profissional encarregado pela modelagem da referida base de dados não cobrou pelo trabalho realizado. Esta base de dados é distribuída gratuitamente para qualquer usuário que queira adquiri-la, inclusive para as bibliotecas públicas. Caso solicitem a visita de técnicos do SEBP-RS, as respectivas prefeituras arcam com os custos de deslocamento e outros referentes ao suporte específico à infra-estrutura para operação da base de dados, acordados em um termo de cooperação técnica assinado entre o SEBP-RS e as prefeituras.

É importante averiguar, em outra oportunidade, se estes custos repassados às prefeituras referem-se a suporte para correção de falhas e/ou aperfeiçoamento na estrutura da base de dados INBIB, que poderiam ter sido evitados na fase de planejamento e elaboração da mesma. Se isto ocorre, seria coerente não fazê-los isoladamente *in loco*, e sim na versão da base de dados que está sendo distribuída. Uma vez feitas as alterações, o SEBP-RS teria de notificar aos seus usuários sobre tais modificações e permitir que estes atualizassem a versão da base de dados que

utilizam. Estes procedimentos poderiam evitar que as prefeituras realizassem gastos desnecessários com serviços de assessoramento técnico destinados à correção de problemas que podem ser resolvidos na própria sede do SEBP-RS e, posteriormente, repassadas as devidas soluções aos seus usuários.

O preenchimento do formulário gera uma série de dados a respeito dos usuários da base de dados INBIB, que são armazenados pelo SEBP-RS. Mas o SEBP-RS ainda não exerce controle total destes dados. Se quisermos saber quantos usuários realizaram *download* da base de dados INBIB desde que esta opção foi disponibilizada no *website* da BPE, não obteremos esta informação, pois estes dados existem mas não estão organizados e ainda não são administrados com eficiência pelo SEBP-RS.

Conforme relatado anteriormente (seção 3), a base de dados INBIB foi instalada e utilizada por acadêmicos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como atividade integrante do programa de ensino da disciplina BIB03028 – Planejamento e Elaboração de Bases de Dados. A utilização consistiu na realização de inserção de dados e busca de informações, na base de dados. Através deste exercício, percebeu-se que as buscas realizadas nos campos de autor pessoal só podiam ser realizadas caso inseríssemos os nomes completos, com todos os sobrenomes, inclusive. Ou seja, na modelagem da base de dados estabeleceu-se que a técnica de extração de dados para este campo seria por linha e não por palavras, que seria a mais apropriada. Este critério não permite que realizemos buscas por apenas uma parte do nome de determinado autor, por exemplo.

No decorrer desta pesquisa, não houve relato que caracterizasse a identificação deste problema específico. Portanto, cabe realizar maiores averiguações junto às demais bibliotecas públicas utilizadoras da base de dados INBIB, assim como aos demais usuários (quando for possível identificá-los através do cadastro de utilizadores que realizaram o *download* através da Internet), para atestar se os mesmos já identificaram o problema, como identificaram, se já solucionaram, como solucionaram, ou se não identificaram, por que isto não ocorreu, etc.

As bibliotecas públicas que receberam a base de dados INBIB tiveram, no mínimo, um treinamento para sua operação. Conforme dados do ano de 2002, cerca de 90 bibliotecas receberam treinamento. Outras bibliotecas receberam treinamento mais de uma vez, como o caso da Biblioteca Pública Municipal de Nova Petrópolis, que



participou de mais de três treinamentos. Já a Biblioteca Pública Municipal de Horizontina, que consta na listagem do SEBP-RS como participante de um treinamento no ano de 2002, afirma não ter participado de treinamento algum. A bibliotecária responsável por esta biblioteca afirma que utiliza a base de dados INBIB, baseando-se nos conhecimentos que possui sobre a operação do *software* Winisis, apenas.

Este fato gera um questionamento: se a prestação de um número maior de treinamentos a determinadas bibliotecas têm a ver ou não com a participação efetiva no Projeto Integrar Bibliotecas RS.

O acadêmico averiguou a possibilidade da participação em um destes treinamentos para observar e avaliar os procedimentos e conteúdos que estes apresentam, mas a coordenação do SEBP-RS julgou não haver a viabilidade de tal participação. Esta proposta foi realizada, pois considerou-se importante verificar, através da técnica da observação, como ocorrem tais treinamentos, assim como verificar se seu conteúdo encontra-se em conformidade com os conhecimentos apresentados pelos participantes (informática, *software* Winisis, regras de catalogação, formato MARC, etc.).

O SEBP-RS vem fornecendo aos participantes dos treinamentos dois manuais distintos para utilização da base de dados INBIB (ANEXO B e ANEXO E).

O primeiro manual (ANEXO B) – Manual de entrada de dados da base de dados INBIB - é bastante resumido. Apresenta todos o campos da base de dados INBIB, acompanhados de seus respectivos nomes e números de etiqueta (conforme MARC21). Também apresenta pequenas instruções que definem os conteúdos a serem inseridos em cada um dos campos da base de dados e alguns endereços eletrônicos para eventuais esclarecimentos de dúvidas e fornecimento de ajuda, o que não auxilia àquelas bibliotecas que não possuem acesso à Internet. Não apresenta maiores detalhes quanto aos seguintes procedimentos: edição de registros, inserção de dados, uso de pontuação ou não, busca de informação, impressão de relatórios e/ou etiquetas, regras de catalogação, etc., ao contrário do que afirma a coordenação do SEBP-RS.

Conforme afirma a coordenação do SEBP-RS (atual gestão), este manual (ANEXO B) apresenta linguagem e redação de fácil compreensão para pessoas que não possuam formação acadêmica em Biblioteconomia e descreve com clareza todos os procedimentos que poderão ser realizados, através da base de dados INBIB e do

*software* Winisis. Esta afirmativa não é ratificada pela bibliotecária da biblioteca pública municipal de Nova Petrópolis, usuária da base de dados INBIB e participante da BVRS, quando afirma que o manual recebido não descreve com clareza os procedimentos de edição de registros, busca de informação, utilização de operadores booleanos e de truncamento para realização das buscas, impressão de relatórios e etiquetas, importação e exportação de registros, etc., dificultando o processo de compreensão por parte das pessoas que não possuem formação acadêmica em Biblioteconomia, característica da grande maioria do pessoal atuante nas bibliotecas públicas.

O segundo manual (ANEXO E) – Kit informatização INBIB RS (2.ed. – out. 2002) - apresenta informações um pouco mais detalhadas sobre o *software* Winisis e sobre a base de dados INBIB (instalação, importação e exportação de registros, uso de senhas, realização de cópias de segurança, atualização do arquivo invertido, impressão de registros em formato de etiquetas, fichas e/ou listas de autores). Este documento também apresenta alguns endereços eletrônicos para eventuais esclarecimentos de dúvidas e fornecimento de ajuda.

Considerando-se que a maioria das bibliotecas públicas brasileiras, inclusive as gaúchas, são administradas por não-bibliotecários, geralmente com nível médio, vê-se a necessidade da realização de um maior detalhamento nos conteúdos dos manuais fornecidos a estas pessoas.

De acordo com a coordenação do SEBP-RS (gestão anterior), a estrutura da base de dados INBIB não atende às necessidades de processamento técnico para qualquer tipo de documento. Neste sentido, a bibliotecária responsável pela biblioteca pública municipal de Nova Petrópolis ratifica a afirmativa anterior, e diz que a estrutura não atende às necessidades de processamento técnico da biblioteca para qualquer tipo de documento.

A estrutura da base de dados INBIB sofreu algumas alterações, após terem sido demandadas e notificadas, pelas bibliotecas públicas usuárias, ao SEBP-RS. A primeira edição da base de dados tinha sido elaborada para atender somente ao registro de livros. Após várias solicitações ao SEBP-RS, foram adicionadas as opções para registro de outros tipos de documentos como periódicos e fitas de vídeo, assim como foram incluídos novos campos e a possibilidade da utilização de senhas para diferenciar os

níveis de acesso à base de dados (somente consulta ou edição e consulta). Estas melhorias deram origem à segunda edição da base de dados INBIB.

As informações expostas no presente estudo sobre o Projeto Integrar Bibliotecas RS e sua relação com a informatização das bibliotecas públicas do estado do Rio Grande do Sul, responderam parte dos questionamentos traçados em seu início. Mas, alguns deles ainda merecem ser mais aprofundados para melhor averiguação e delineamento de inferências mais aproximadas e fidedignas da real situação do conjunto de bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, assim como de seus recursos e sua relação com o processo de informatização.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa permitiu o alcance de grande parte dos objetivos nela propostos. Os que não puderam ser alcançados plenamente, resultaram em sugestões para estudos futuros, considerando que este assunto não deve se encerrar aqui, e sim influenciar novos questionamentos, com o objetivo de contribuir com o processo de informatização das bibliotecas públicas, não somente do Estado, como também do resto do país.

Foi possível verificar alguns dos principais fatores que influenciam diretamente no processo de Informatização das bibliotecas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Dentre eles estão: a criação da Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul, a elaboração do Projeto Integrar Bibliotecas RS, a construção e distribuição da base de dados INBIB para as bibliotecas públicas municipais e outros fatores que influenciam negativamente este processo, como carência de equipamentos, falta de pessoal especializado na área de Biblioteconomia, descaso dos governos, qualificação das equipes das bibliotecas, etc.

O número de bibliotecas públicas informatizadas e com acesso à Internet no Rio Grande do Sul, é irrisório, se considerarmos o alto nível de desenvolvimento sócio-econômico que o Estado apresenta, em comparação com os demais estados do país. Isto reflete o descaso com que nossos governantes tratam as questões ligadas à informação, à educação, à cultura e ao lazer.

Outro fator determinante para o pleno desempenho das funções atribuídas às bibliotecas públicas, é presença de bibliotecários. Constatou-se que a grande maioria dos profissionais responsáveis pelas bibliotecas públicas gaúchas não tem formação em Biblioteconomia, possuindo geralmente formação de nível médio.

Com a troca de gestão governamental do Estado e, conseqüentemente, da BPE e da Coordenação do SEBP-RS, algumas informações sobre o Projeto Integrar Bibliotecas RS foram perdidas. Através da consulta às duas últimas gestões do SEBP-RS, também foi possível reunir boa parte destas informações, favorecendo o resgate da história deste Projeto.

Para finalizar, destaca-se que a iniciativa do SEBP-RS de elaborar um projeto desta natureza, contribuiu significativamente com o processo de informatização das bibliotecas públicas do Estado, assim como com a estruturação de uma rede informatizada, que agrega algumas destas bibliotecas, para promover a disponibilização dos conteúdos de suas bases de dados referenciais para consulta na Internet, através da BVRS. Mas deve-se destacar também que a velocidade com que as bibliotecas públicas passam a fazer parte do Projeto ainda é bastante baixa.

Se mantivermos o mesmo ritmo de integração das bibliotecas públicas gaúchas através de uma rede informatizada, constituída por apenas 12 bibliotecas, desde a data em que o Projeto nasceu (julho de 2001) até os dias de hoje, estima-se que para integrar todas as demais bibliotecas públicas do Estado levaremos cerca de 100 anos. Um prazo bastante elástico quando se trata de introdução de tecnologias que são aperfeiçoadas a cada ano.

Necessita-se, portanto, de um pouco mais de agilidade no processo de informatização e de integração de um número mais expressivo de bibliotecas públicas ao Projeto e à BVRS, para que estas possam realmente trabalhar de forma cooperativa e integrada. Nada que não possa ser resolvido com boa vontade política dos governantes.

## 10 SUGESTÕES

O processo de análise e discussão dos resultados alcançados através do desenvolvimento da presente pesquisa, realizada junto ao SEBP-RS e às bibliotecas públicas municipais que compõem a amostra, possibilitou elaborar, além de conclusões, uma série de sugestões, que são:

- a) Sugere-se ao SEBP-RS e aos mantenedores da BVRS que atualizem seus *websites*, a fim de complementar seus textos de apresentação, no intuito de melhor explicar aos seus usuários sobre a relação da BVRS com o Projeto Integrar Bibliotecas RS, uma vez que esta ainda se encontra confusa;
- b) Sugere-se que as averiguações relacionadas com o uso da base de dados INBIB e a possível detecção de problemas em sua estrutura, sejam realizadas com um número maior de usuários, pois se a base de dados ainda está sendo utilizada somente para inserção de dados, torna-se mais difícil a identificação de problemas decorrentes da busca de informações;
- c) Sugere-se verificar se alguns dos problemas na estrutura da base de dados INBIB, quando encontrados, foram resolvidos *in loco* e não repassados aos demais usuários.
- d) Sugere-se a elaboração de um único manual que agregue: texto de apresentação sobre a BPE e o SEBP-RS, texto sobre o histórico do processo de informatização da BPE, texto sobre o histórico do Projeto Integrar Bibliotecas RS e seus objetivos, texto sintético sobre o formato MARC e exemplos de sua aplicação, texto sobre o *software* Winisis com informações sobre sua estrutura e funcionamento (exemplos de tipos de buscas de informação e produção de impressos a partir dos registros existentes na base de dados, informações sobre edição de registros, importação e exportação de registros, e outros recursos), inclusão de uma maior quantidade de exemplos de entrada de dados para cada campo da base de dados INBIB (baseados nas regras da AACR2), assim como instruções relacionadas com

o uso de pontuação ou não, que não encontram-se devidamente claras nos manuais utilizados.

- e) Sugere-se que o SEBP-RS passe a exercer um controle maior dos dados obtidos através do formulário preenchido pelos usuários que realizam *download* da base de dados INBIB, para que estes possam servir como subsídio para futuros contatos com os usuários detentores de versões desta base de dados. O SEBP-RS também poderia utilizar-se destes dados para a disponibilização de outros serviços, como notificação corrente, divulgação de atualizações e/ou modificações sobre a base de dados INBIB e/ou sobre o Projeto Integrar Bibliotecas RS, e inúmeros outros.
- f) Sugere-se que o SEBP-RS atualize os dados para contato com as bibliotecas públicas municipais, pois verificou-se que a FAMURS possui estes dados mais atualizados do que os divulgados pela BPE em seu *website*.
- g) Sugere-se que sejam realizados estudos mais aprofundados sobre o processo de informatização das bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul e com a utilização de uma amostra mais representativa. Somente assim, poderemos saber quais são os reais impactos causados pelo atual estado da informatização destas bibliotecas nas possibilidades de acesso à informação oferecidas à sociedade em geral.
- h) Para que o SEBP-RS possa acelerar os processos de informatização e de integração das bibliotecas públicas gaúchas à BVRS, faz-se as seguintes sugestões:
  - Que o SEBP-RS elabore e efetue projetos de parcerias com empresas e sociedade em geral, no sentido de captar recursos para aquisição de equipamentos de informática e, quem sabe, para contratação de bibliotecários consultores para prestação de serviços às bibliotecas-membro do Sistema. Um modelo que pode ser adotado é o de captação de recursos através de doações provenientes de contribuintes do Imposto de Renda.

- Que o SEBP-RS e a Coordenação da BVRS não exijam a presença de bibliotecário como um dos requisitos fundamentais para que as bibliotecas públicas participem efetivamente do Projeto. Sugere-se isto porque todos os registros catalográficos referentes aos acervos das bibliotecas públicas que fazem parte da BVRS são conferidos por bibliotecárias da equipe do SEBP-RS, antes de serem incluídos na base de dados. Claro que esta iniciativa gerará um volume ainda maior de trabalho à equipe do SEBP-RS, mas é mais viável ao Governo do Estado contratar mais bibliotecários, mesmo com caráter emergencial e temporário, do que cada um dos municípios o façam.



## 11 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gulhermina Melo. **As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas**. [Manaus], [199-]. Disponível em: <<http://www.biblioestudantes.kit.net/artigos.htm>>. Acesso em 02 jun. 2003.

AUTOMATIZAÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Aurélio**: o dicionário de língua portuguesa: século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Disponível em: <[http://www.uol.com.br/aurelio/index\\_result.html?styp=k&verbet=autom&x=34&y=4](http://www.uol.com.br/aurelio/index_result.html?styp=k&verbet=autom&x=34&y=4)>. Acesso em: 11 ago. 2003.

BEAUD, Michel. **Arte da tese**: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRANDÃO, Flávia da Cruz. **Manuais**: função e forma no campo da Biblioteconomia. Porto Alegre, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CÔRTE, Adelaide R. et al. **Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos**: uma visão do cenário nacional. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Polis, 2002. 219 p.

CRUZ M., Hernando et al. El Formato MARC. **Revista Interamericana de la Información**, p. 6-17, jan./mar. 2000.

CUENCA, Angela Maria Belloni. O usuário final da busca informatizada: avaliação da capacitação no acesso a bases de dados em biblioteca acadêmica. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 3, p. 293-301, set./dez. 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da. Bases de dados no Brasil: um potencial inexplorado. **Ciência da Informação**, v. 18, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 1989.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em Ciências Humanas**: com ênfase em comunicação. 2. ed. São Paulo: Futura, 2002.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Paradigmas modernos da Ciência da Informação**: em usuários, coleções, referência & informação. São Paulo: Polis; APB, 1999.

FURRIE, Betty. **O MARC bibliográfico**: um guia introdutório: catalogação legível por computador. Brasília: Thesaurus, 2000. 95 p.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2001.

INSTITUTO CENTROAMERICANO DE INVESTIGACIÓN Y TECNOLOGÍA INDUSTRIAL. **Diseño de bases de datos**. [S. l.]: ICAITI, 1987.

KREMER, Jeannette M. Estratégia de busca. **Rev. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 187-220, set. 1985.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução: elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 1999.

MACIEL, Alba Costa. **Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas**. Niterói, RJ: EDUFF, 1995.

MODESTO, Fernando; BALBY, Claudia. **Formato MARC**: comentários. São Paulo, [200-]. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/fmodesto/textos/marcformato.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2004.

NORONHA, Daisy Pires; PASSARELLI, Brasilina. **Bases de dados**. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/departam/cbd/lina/recursos/bases.htm#dados>>. Acesso em: 04 nov. 2003.

ORTEGA, Cristina Dotta. **MICROISIS**: das origens à consolidação numa realidade de informação e mudança. São Paulo: Polis; APB, 1998.

PARADA, Rodríguez. La biblioteca pública: un servicio ligado a um proyecto de ciudad. **Anales de Documentación**, Murcia, v. 5, p. 303-308, 2002. Disponível em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad05/ad0500.html>>. Acesso em: 18 maio 2003.

ROWLEY, Jennifer. **Informática para bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1994.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração de trabalhos científicos. 5. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Sulina, 1976.

SEAMAN, S. Online catalog failure as reflected trough interlibrary loan error requests. **College & Research Libraries**, [S. l.], n. 53, p. 113-120, 1992.

SILVA, José Gregorio; PACHECO, David. Lo que viene después de la automatización de bibliotecas. **Revista Interamericana de Nuevas Tecnologías de la Información**, Santafe de Bogotá, p. 50-57, jan./mar. 2002.

SPONHOLZ, Regina M. L. P. **Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA, 1980.

SUAIDEN, Emir José. El impacto social de las bibliotecas públicas. **Anales de Documentación**, Murcia, v. 5, p. 333-344, 2002. Disponível em: <<http://www.um.es/fccd/anales/ad05/ad0519.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UGOBONO, Mónica Silvia. CDS/ISIS para Windows. In: ARGENTINA. Comisión Nacional de Energía Atômica. **Manual para instructores de Winisis**. Buenos Aires: CNEA, 1999.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Paris, 1994. Disponível em: <<http://www.sdum.uminho.pt/bad/munesco.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2003.

WEINGAND, Darlene. Gestión de la biblioteca pública actual: el control. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, Andalucía, n. 59, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.aab.es/51n59a5.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2003.

WEINGAND, Darlene. Gestión de la biblioteca pública actual: el uso de la tecnología en beneficio del usuario. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, Andalucía, n. 57, out./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.aab.es/51n57a5.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2003.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - INBIB-RS – Questionário para atual gestão do SEBP-RS**

## INBIB-RS - Questionário ao SEBP-RS

<b>Dados de identificação da Coordenação do SEBP-RS</b>
---

**Instituição:** .....

**Nome do Dirigente:** .....

**Telefone:** ..... **E-mail:** .....

<b>O SEBP-RS</b>
------------------

1. Quantas bibliotecas públicas integram o SEBP-RS?
2. Do total de bibliotecas públicas do SEBP-RS, quantas localizam-se na Região Metropolitana de Porto Alegre?
3. Quantas bibliotecas públicas do SEBP-RS possuem bibliotecário?
4. Qual a escolaridade média dos responsáveis não-bibliotecários das bibliotecas públicas do SEBP-RS?  
 Nível Fundamental    Nível Médio incompleto    Nível Médio    Nível Superior incompleto    Nível Superior
5. Quantas bibliotecas públicas do SEBP-RS estão informatizadas (possuem computadores)?
6. Quantas bibliotecas públicas do SEBP-RS possuem computadores capazes de suportar com eficiência o funcionamento da base de dados INBIB (compatíveis com os requisitos mínimos de *hardware* e *software* exigidos pelo Winisis)?
7. Quantas bibliotecas públicas do SEBP-RS possuem acesso à Internet?

<b>Projeto Integrar Bibliotecas RS (INBIB RS)</b>
---

8. Considerando os objetivos do Projeto INBIB-RS, de integrar e favorecer a cooperação entre as bibliotecas públicas municipais do Estado do Rio Grande do Sul, através de uma rede informatizada regional, informe:
  - a) Quais são os requisitos básicos exigidos das bibliotecas para que possam participar desta rede informatizada?

- b) Como está ocorrendo ou ocorrerá a cooperação entre as bibliotecas do SEBP-RS?
9. SEBP-RS tem um controle sobre a padronização de procedimentos para a realização do processamento técnico do acervo e da alimentação da base de dados INBIB pelas bibliotecas públicas? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso positivo, explique como ocorre este controle.

<b>Elaboração</b>
-------------------

10. Além do especialista em CDS/ISIS, quantas pessoas foram envolvidas no processo de elaboração (modelagem) da base de dados INBIB?
11. Quais as atribuições de cada uma?
12. Qual o custo financeiro aproximado da elaboração da base de dados INBIB?
13. A elaboração da base de dados INBIB teve como suporte estudos de usuários e/ou uso de informação, elaborados pelas bibliotecas públicas municipais que compõem o Sistema? ( ) **Sim** ( ) **Não**.
- Em caso positivo, quais estudos foram consultados? Em caso negativo, justifique sua resposta.
14. Cite as principais etapas realizadas no período do planejamento da base de dados INBIB:
15. Informe qual o grau de importância atribuído aos critérios listados abaixo para a elaboração da base de dados INBIB.:

**Importância:**

- 1 = Muito importante  
2 = Importante  
3 = Pouco importante  
4 = Não é importante  
5 = Indiferente

CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO	IMPORTÂNCIA				
	1	2	3	4	5
Recursos financeiros das bibliotecas públicas					
Recursos financeiros disponíveis para o projeto					
Especificações técnicas do <i>software</i> (Winisis)					
Custo do <i>software</i>					
Custo para o desenvolvimento da base de dados					
Diretrizes para o compartilhamento de recursos entre as bibliotecas públicas					
Usuários internos (equipe) das bibliotecas					
Usuários/clientes das bibliotecas					
Equipamentos das bibliotecas públicas					

16. A base de dados INBIB foi testada antes de ser distribuída via Internet?

( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso positivo, como ocorreu este processo? Em caso negativo, explique por quê?

### Distribuição

17. Como é realizado o controle do número de instituições e/ou pessoas físicas que realizaram *download* da base de dados INBIB?

18. O SEBP-RS mantém um cadastro das instituições e/ou pessoas que já realizaram *download* da base de dados INBIB? ( ) **Sim** ( ) **Não**.

19. Quantas bibliotecas públicas integrantes do SEBP-RS já realizaram *download* da base de dados INBIB?

20. Após começar a distribuir a base de dados INBIB via Internet, o SEBP-RS detectou alguma falha em seu funcionamento? ( ) **Sim** ( ) **Não**.

21. O SEBP-RS foi notificado por algum dos usuários da base de dados INBIB sobre falhas em seu funcionamento? ( ) **Sim** ( ) **Não**.

Em caso positivo:

a) Qual(is) falha(s) foi(ram) detectada(s)?



b) O SEBP-RS realizou as devidas correções/atualizações no arquivo disponível para *download* via Internet?

**Sim**  **Não.**

22. Quais os procedimentos adotados pelo SEBP-RS para solucionar problemas (operacionais, estruturais e/ou de funcionamento) na base de dados INBIB, caso sejam comunicados por parte de seus usuários?

<b>Treinamento</b>
--------------------

23. O SEBP-RS ofereceu treinamento às bibliotecas públicas do SEBP-RS que utilizam a base de dados INBIB?  **Sim**  **Não.** Em caso negativo, passe a responder o próximo tópico (estrutura da base de dados). Em caso positivo, quantas vezes cada biblioteca pública do SEBP-RS recebeu treinamento?

24. Qual o conteúdo destes treinamentos?

25. Quem foi treinado?

26. Onde ocorreram os treinamentos?

**Sede do SEBP-RS**  **Em cada biblioteca pública do SEBP-RS**  **Outro:**

27. SEBP-RS forneceu manual(is) e/ou apostila(s) para a realização do(s) treinamento(s)?  **Sim**  **Não.**

28. Qual o conteúdo do(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s)?

29. O(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s) ao pessoal que opera a base de dados INBIB descreve(m) com clareza todos os procedimentos (inserção de dados, edição de registros, busca de informação, impressão de relatórios e etiquetas, etc.) que podem ser realizados através dela?  **Sim**  **Não.** Justifique:

30. A linguagem e a redação do(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s) às bibliotecas públicas do SEBP-RS pode(m) ser compreendido(s) facilmente por pessoas que não tenham formação acadêmica em Biblioteconomia?

(  ) **Sim** (  ) **Não**. Justifique:

31. Em geral, qual é o grau de conhecimentos básicos em informática (editor de texto, planilhas de cálculo, sistema operacional, manuseio de arquivos eletrônicos, etc.) que os servidores das bibliotecas públicas do SEBP-RS apresentam?

**Grau de conhecimentos básicos em informática:** (  )

1 = Muito bom

2 = Bom

3 = Regular

4 = Ruim

5 = Péssimo

#### Estrutura da base de dados INBIB

32. Os campos e subcampos da base de dados INBIB atendem totalmente às necessidades de processamento técnico das bibliotecas públicas do SEBP-RS para qualquer tipo de documento? (  ) **Sim** (  ) **Não**. Justifique:

33. O SEBP-RS foi notificado por algum dos usuários da base de dados INBIB sobre a necessidade de melhorias em sua estrutura? (  ) **Sim** (  ) **Não**. Em caso positivo:

- a) Qual(is) foram as principais melhorias sugeridas?
- b) Como o SEBP-RS procedeu em relação a esta notificação?

#### Implantação e implementação

34. Existem fatores que dificultam a implantação e implementação da base de dados INBIB nas bibliotecas públicas do SEBP-RS, considerando os recursos (humanos, materiais e financeiros) que estas possuem?

(  ) **Sim** (  ) **Não**. Em caso positivo, cite os principais. Em caso negativo, justifique.

35. Em geral, qual é grau de resistência oferecido por parte das equipes das bibliotecas públicas à adoção (implantação e uso) da base de dados INBIB:

**Resistência:** (  )

- 1 = Muita resistência
- 2 = Pouca resistência
- 3 = Não houve resistência

<b>Utilização</b>
-------------------

- 36. Do total de bibliotecas públicas do SEBP-RS que possuem a base de dados INBIB, quantas a utilizam efetivamente?
- 37. Das bibliotecas públicas do SEBP-RS que utilizam a base de dados INBIB, quantas possuem bibliotecário?

OBSERVAÇÕES GERAIS (comentários, sugestões, críticas, etc.): .....

.....

.....

.....

.....

.....

**Obrigado por sua colaboração!**

**Rodrigo Costa Barboza**  
Acadêmico de Biblioteconomia/UFRGS  
Matrícula 3059/99-0

**APÊNDICE B** - INBIB-RS – Questionário para a gestão anterior do SEBP-RS

## INBIB-RS – Questionário à gestão anterior do SEBP-RS

### Dados de identificação

**Nome:** .....

**Cargo que ocupava no SEBP-RS:** .....

**Função que desempenhava no SEBP-RS:** .....

**Telefone:** ..... **E-mail:**.....

### O SEBP-RS

1. Qual foi o período em que participaste do SEBP-RS?
2. Participaste de todas as fases do Projeto, desde o planejamento até a distribuição e acompanhamento do uso da base de dados?

### Projeto Integrar Bibliotecas RS (INBIB RS)

3. Tens uma cópia do Projeto Integrar Bibliotecas RS para fornecer e/ou outros documentos relacionados, que possam servir de subsídio à elaboração desta pesquisa?
4. Considerando os objetivos do Projeto INBIB-RS, de integrar e favorecer a cooperação entre as bibliotecas públicas municipais do Estado do Rio Grande do Sul, através de uma rede informatizada regional, informe:
  - a) Quais eram os requisitos básicos exigidos das bibliotecas para que pudessem participar desta rede informatizada?
  - b) Como ocorria (ou pretendia-se que ocorresse) a cooperação entre as bibliotecas do SEBP-RS?
  - c) SEBP-RS tinha um controle sobre a padronização de procedimentos para a realização do processamento técnico do acervo e da alimentação da base de dados INBIB pelas bibliotecas públicas? (  ) **Sim** (  ) **Não**. Em caso positivo, explique como ocorria este controle.

<b>Elaboração</b>
-------------------

5. Além do especialista em CDS/ISIS, quantas pessoas foram envolvidas no processo de elaboração (modelagem) da base de dados INBIB?

6. Quais as atribuições de cada uma?

7. Qual o custo financeiro aproximado da elaboração da base de dados INBIB?

8. A elaboração da base de dados INBIB teve como suporte estudos de usuários e/ou uso de informação, elaborados pelas bibliotecas públicas municipais que compõem o Sistema? ( ) **Sim** ( ) **Não**.

Em caso positivo, quais estudos foram consultados? Em caso negativo, justifique sua resposta.

9. Cite as principais etapas realizadas no período do planejamento da base de dados INBIB:

10. Informe qual o grau de importância atribuído aos critérios listados abaixo para a elaboração da base de dados INBIB.:

**Importância:**

1 = Muito importante

2 = Importante

3 = Pouco importante

4 = Não é importante

5 = Indiferente

<b>CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO</b>	<b>IMPORTÂNCIA</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Recursos financeiros das bibliotecas públicas					
Recursos financeiros disponíveis para o projeto					
Especificações técnicas do <i>software</i> (Winisis)					
Custo do <i>software</i>					
Custo para o desenvolvimento da base de dados					
Diretrizes para o compartilhamento de recursos entre as bibliotecas públicas					
Usuários internos (equipe) das bibliotecas					

CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO	IMPORTÂNCIA				
	1	2	3	4	5
Usuários/clientes das bibliotecas					
Equipamentos das bibliotecas públicas					

11. A base de dados INBIB foi testada antes de ser distribuída via Internet?

(  ) **Sim** (  ) **Não**. Em caso positivo, como ocorreu este processo? Em caso negativo, explique por quê?

### Distribuição

12. Como era realizado o controle do número de instituições e/ou pessoas físicas que realizaram *download* da base de dados INBIB?

13. O SEBP-RS mantinha um cadastro das instituições e/ou pessoas que realizaram *download* da base de dados INBIB? (  ) **Sim** (  ) **Não**.

14. Qual o número aproximado de bibliotecas públicas integrantes do SEBP-RS que realizaram *download* da base de dados INBIB na gestão em que participaste?

15. Após começar a distribuir a base de dados INBIB via Internet, o SEBP-RS detectou alguma falha em seu funcionamento? (  ) **Sim** (  ) **Não**.

16. O SEBP-RS foi notificado por algum dos usuários da base de dados INBIB sobre falhas em seu funcionamento? (  ) **Sim** (  ) **Não**.

Em caso positivo:

Qual(is) falha(s) foi(ram) detectada(s)?

17. O SEBP-RS realizou as devidas correções/atualizações no arquivo disponível para *download* via Internet? (  ) **Sim** (  ) **Não**.

18. Quais os procedimentos adotados pelo SEBP-RS para solucionar problemas (operacionais, estruturais e/ou de funcionamento) na base de dados INBIB, caso fossem comunicados por parte de seus usuários?

<b>Treinamento</b>
--------------------

19. O SEBP-RS ofereceu treinamento às bibliotecas públicas do SEBP-RS que utilizam a base de dados INBIB? (  ) **Sim** (  ) **Não**. Em caso negativo, passe a responder o próximo tópico (estrutura da base de dados). Em caso positivo, quantas vezes cada biblioteca pública do SEBP-RS recebeu treinamento?

20. Qual o conteúdo destes treinamentos?

21. Quem foi treinado?

22. Onde ocorreram os treinamentos?

(  ) **Sede do SEBP-RS** (  ) **Em cada biblioteca pública do SEBP-RS** (  ) **Outro:**

23. SEBP-RS forneceu manual(is) e/ou apostila(s) para a realização do(s) treinamento(s)? (  ) **Sim** (  ) **Não**.

24. Qual o conteúdo do(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s)?

25. O(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s) ao pessoal que opera a base de dados INBIB descreve(m) com clareza todos os procedimentos (inserção de dados, edição de registros, busca de informação, impressão de relatórios e etiquetas, etc.) que podem ser realizados através dela? (  ) **Sim** (  ) **Não**. Justifique:

26. A linguagem e a redação do(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s) às bibliotecas públicas do SEBP-RS pode(m) ser compreendido(s) facilmente por pessoas que não tenham formação acadêmica em Biblioteconomia?

(  ) **Sim** (  ) **Não**. Justifique:

27. Em geral, qual é o grau de conhecimentos básicos em informática (editor de texto, planilhas de cálculo, sistema operacional, manuseio de arquivos eletrônicos, etc.) que os servidores das bibliotecas públicas do SEBP-RS apresentam?

**Grau de conhecimentos básicos em informática:** (  )

1 = Muito bom

2 = Bom

3 = Regular

4 = Ruim

5 = Péssimo



28. Os campos e subcampos da base de dados INBIB atendem totalmente às necessidades de processamento técnico das bibliotecas públicas do SEBP-RS para qualquer tipo de documento? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Justifique:

29. O SEBP-RS foi notificado por algum dos usuários da base de dados INBIB sobre a necessidade de melhorias em sua estrutura? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso positivo:

a) Qual(is) foram as principais melhorias sugeridas?

b) Como o SEBP-RS procedeu em relação a esta notificação?

### Implantação e implementação

30. Existem fatores que dificultam a implantação e implementação da base de dados INBIB nas bibliotecas públicas do SEBP-RS, considerando os recursos (humanos, materiais e financeiros) que estas possuem?

( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso positivo, cite os principais. Em caso negativo, justifique.

31. Em geral, qual o grau de resistência oferecido por parte das equipes das bibliotecas públicas à adoção (implantação e uso) da base de dados INBIB:

**Resistência:** ( )

1 = Muita resistência

2 = Pouca resistência

3 = Não houve resistência

### Utilização

32. Do total de bibliotecas públicas do SEBP-RS que adquiriram a base de dados INBIB, quantas a utilizaram efetivamente?

33. Das bibliotecas públicas do SEBP-RS que utilizaram a base de dados INBIB, quantas possuíam bibliotecário?

OBSERVAÇÕES GERAIS (comentários, sugestões, críticas, etc.): .....

.....  
 .....

.....

.....

.....

.....

.....

Muito obrigado pelas respostas registradas neste questionário!

**Rodrigo Costa Barboza**  
Acadêmico de Biblioteconomia/UFRGS  
Matrícula 3059/99-0

**APÊNDICE C - INBIB-RS – Questionário para as bibliotecas públicas**

## INBIB-RS – Questionário às Bibliotecas Públicas

### Dados de Identificação

Nome da Biblioteca: .....

Endereço: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

Nome do dirigente/responsável: .....

Cargo: .....

Função: .....

Escolaridade: ( ) Nível Fundamental completo ( ) Nível Médio incompleto ( ) Nível Médio completo ( ) Nível Superior incompleto. ( ) Nível Superior completo. Curso de nível superior: .....

### A Biblioteca e Seus Recursos

1. Quantas pessoas compõem a equipe da biblioteca?

2. Quantos bibliotecários fazem parte da equipe da biblioteca?

( ) **Nenhum** ( ) **Um** ( ) **Dois** ( ) **Mais que dois**

3. Quantos computadores a biblioteca possui?

4. A biblioteca possui acesso à Internet?

( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso negativo, explique por quê.

5. A biblioteca possui *website* próprio? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso negativo, explique por quê?

6. Assinale os tipos de documentos que a biblioteca possui em seu acervo:

( ) Livros ( ) Folhetos ( ) Periódicos ( ) Gibis ( ) Fitas de vídeo ( ) CD's

( ) Outros:

7. A biblioteca dispõe de verba especificamente destinada pela Secretaria mantenedora para custear acervos, equipamentos, manutenção, etc.?

( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso positivo, qual é o valor anual estimado?

<b>Projeto Integrar Bibliotecas RS (INBIB RS)</b>
---

8. O(s) computador(es) da biblioteca possui(em) uma configuração (capacidade de memória, espaço em disco rígido e velocidade de processamento) aceitável para operação da base de dados INBIB? ( ) **Sim** ( ) **Não**
9. A biblioteca possui a base de dados INBIB distribuída pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul (SEBP-RS)? ( ) **Sim** ( ) **Não**
10. A biblioteca utiliza a base de dados INBIB distribuída pelo (SEBP-RS)?  
( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso negativo, explique por quê.
11. A biblioteca já realizou algum estudo de usuário e/ou de uso de informação?  
( ) **Sim** ( ) **Não**
12. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, alguma vez a biblioteca os apresentou à coordenação do SEBP-RS? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso negativo, por quê?
13. Alguma vez a coordenação do SEBP-RS consultou esta biblioteca com o objetivo de colher sugestões para elaborar a base de dados INBIB? ( ) **Sim** ( ) **Não**

<b>Implantação (Instalação)</b>
---------------------------------

14. A biblioteca implantou a base de dados INBIB? ( ) **sim** ( ) **não**. Em caso negativo, explique porque.
15. Antes de implantar a base de dados INBIB na biblioteca, como eram feitos e controlados os registros catalográficos referentes ao acervo?  
( ) **Manualmente (em fichas catalográficas)** ( ) **Base de dados com outro formato no mesmo software (Winisis)** ( ) **Base de dados em outro software**  
( ) **Não havia controle** ( ) **Outro:.....**
16. Como foi que a biblioteca teve acesso ao arquivo de instalação da base de dados INBIB?  
( ) **Via Internet** ( ) **Em disquete** ( ) **Em CD** ( ) **Outra:.....**
17. Quem realizou a instalação da base de dados INBIB na biblioteca?  
( ) **Representante do SEBP-RS** ( ) **Funcionário da biblioteca** ( ) **Outro:.....**
18. Houve alguma dificuldade para instalar a base de dados INBIB na biblioteca?

**Sim**  **Não**. Em caso positivo, cite qual(is).

<b>Treinamento</b>
--------------------

19. Na sua opinião, qual o grau de importância do treinamento de pessoal para a utilização da base de dados INBIB?

**Não é importante**  **Importante**  **Muito importante**

20. Informe o grau de conhecimento em informática que a equipe da biblioteca possui:

**Péssimo**  **Ruim**  **Regular**  **Bom**  **Muito bom**

21. Informe o grau de conhecimento em Formato MARC que a equipe da biblioteca possui:

**Desconhecem**  **Ruim**  **Regular**  **Bom**  **Muito bom**

22. Quantas vezes a equipe da biblioteca recebeu treinamento para a utilização da base de dados INBIB?

Nenhuma vez  Uma vez  Duas vezes  Três vezes  Mais de três vezes.

23. Quantas pessoas foram treinadas para utilizar a base de dados INBIB?

**Toda a equipe**  **Parte da equipe**  **Uma pessoa**

24. Indique que foi treinado: (se for necessário assinale mais de uma opção)

Bibliotecário(s) (caso haja)

Responsável pela biblioteca

**Auxiliar(es)**

Outros:

25. Indique onde os treinamentos foram realizados:

Na sede do SEBP-RS  Na própria biblioteca  Outro:

26. O SEBP-RS forneceu algum manual e/ou apostila durante o(s) treinamento(s)?

Sim  Não.

27. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, indique quantos:

28. O(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s) ao pessoal que opera a base de dados INBIB descreve(m) com clareza os procedimentos relacionados abaixo, que podem ser realizados através dela?

**Inserção de dados.**  **Sim**  **Não**

**Edição de registros.**  **Sim**  **Não**

**Busca de informação.** ( ) Sim ( ) Não

**Utilização de operadores booleanos e de truncamento para realização de buscas na base de dados INBIB.** ( ) Sim ( ) Não

**Impressão de relatórios e etiquetas.** ( ) Sim ( ) Não

**Intercâmbio (importação e exportação) de registros.** ( ) Sim ( ) Não

**Uso de pontuação durante o preenchimento da planilha de inserção de dados.** ( ) Sim ( ) Não

29. A linguagem e a redação do(s) manual(is) e/ou apostila(s) fornecido(s) às bibliotecas públicas do SEBP-RS pode(m) ser compreendido(s) facilmente por pessoas que não tenham formação acadêmica em Biblioteconomia?

( ) Sim ( ) Não. **Justifique:**

<b>Estrutura da Base de Dados INBIB</b>
---

30. Você considera que os campos e subcampos da base de dados INBIB atendem às necessidades de processamento técnico da biblioteca para qualquer tipo de documento? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Justifique:

31. A biblioteca já detectou a necessidade de alguma melhoria na estrutura da base de dados INBIB? ( ) **Sim** ( ) **Não**.

32. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, a biblioteca já notificou o SEBP-RS?

( ) **Sim** ( ) **Não**. Qual foi o retorno do SEBP-RS?

33. A base de dados INBIB apresenta mensagens de ajuda para auxiliar a equipe da biblioteca no preenchimento da planilha de inserção de dados?

( ) **Sim** ( ) **Não**.

<b>Utilização</b>
-------------------

34. Quantas pessoas são responsáveis pela inserção de dados na base de dados INBIB?

35. Existe na biblioteca uma (01) pessoa responsável pela conferência dos dados inseridos na base de dados INBIB? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso negativo, explique por quê.

36. A equipe da biblioteca efetua *back-ups* (cópias de segurança) da base de dados com que frequência?

- ( ) **Diariamente**  
 ( ) **Semanalmente**  
 ( ) **Quinzenalmente**  
 ( ) **Mensalmente**  
 ( ) **Trimestralmente**  
 ( ) **Não efetua. Explique por quê.** .....

.....  
 37. A equipe da biblioteca detectou alguma falha de funcionamento na base de dados INBIB durante sua utilização? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso positivo, qual(is)?

38. Caso tenham encontrado falha(s) no funcionamento da base de dados INBIB, a equipe da biblioteca notificou o SEBP-RS? Qual foi a solução fornecida pelo SEBP-RS?

39. Qual foi o custo financeiro desta providência?

40. A equipe da biblioteca realiza, com frequência, buscas de informações na base de dados INBIB? ( ) **Sim** ( ) **Não**

41. Caso a resposta anterior tenha sido positiva, qual o tipo de busca mais utilizada pela equipe da biblioteca?

( ) Busca por assunto ( ) Busca por título ( ) Busca por autor ( ) Por número de chamada ( ) Todas

42. Quando alguém realiza uma busca apenas por sobrenome de autor, cuja obra já esteja registrada na base de dados INBIB da biblioteca, o item respectivo é localizado com facilidade? ( ) **Sim** ( ) **Não**

43. De maneira geral, você considera que a recuperação de informação, inclusive por autor, através do uso da base de dados INBIB é:

( ) **Plenamente satisfatória** ( ) **Satisfatória** ( ) **Insatisfatória**

44. Após a implantação da base de dados INBIB a biblioteca já compartilhou algum registro com outra biblioteca pública do SEBP-RS? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Em caso negativo, por quê?

45. A equipe da biblioteca consegue emitir etiquetas com facilidade a partir do(s) manual(is) fornecido(s) pelo SEBP-RS? ( ) **Sim** ( ) **Não**. Justifique:

Informe quais são as três (03) principais dificuldades encontradas na utilização da base de dados INBIB:



- a).....
- b).....
- c).....

**OBSERVAÇÕES GERAIS** (espaço de preenchimento opcional. Registre aqui qualquer consideração que julgues necessário): .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Obrigado por sua colaboração!

**Rodrigo Costa Barboza**  
Acadêmico de Biblioteconomia/UFRGS  
Matrícula 3059/99-0

**ANEXOS**

**ANEXO A** – Projeto para Informatização das Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul



Estado do Rio Grande do Sul  
SECRETARIA DA CULTURA  
COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**PROJETO PARA INFORMATIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS  
DO RIO GRANDE DO SUL**

JULHO/2001

**IDENTIFICAÇÃO**

PROJETO PARA INFORMATIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

**INSTITUIÇÃO PROPONENTE**

Nome: **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas**

Endereço: Rua Riachuelo, 1190

CEP 90010-273

Porto Alegre – RS Brasil

Tel/fax: (51)32245045

E-mail: cbprs@bol.com.br

**Titular:** Rosaria Garcia Costa

**Cargo:** Coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

**Objetivo Geral**

Criação da Rede de Bibliotecas Públicas do Estado

**Objetivos Específicos**

- 1 - Informatização das Bibliotecas Públicas municipais
- 2 - Inserção das Bibliotecas Públicas Municipais à Biblioteca Virtual RS

**Metas**

- 1- Estabelecer um padrão de descrição bibliográfica no Formato MARC
- 2- Repassar a base de dados e o Software Winisis às bibliotecas públicas municipais do RS
- 3 - Dar suporte e treinamento à implantação desta Base

**Instituições Envolvidas**

SEDAC – Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

FEE

PROCERGS

## INTRODUÇÃO

Com a chamada “ revolução tecnológica” a sociedade evoluiu mais nos últimos anos do que em toda a sua milenar história.

A biblioteca sempre esteve presente neste desenrolar da história da humanidade organizando e preservando o registro dos fatos que contribuíram para esta evolução. Hoje o seu papel mais importante é a disseminação da informação registrada nos diferentes suportes e armazenadas em todos os lugares do planeta, proporcionando o acesso livre e gratuito ao cidadão e contribuindo para o processo de inclusão social.

Na “Sociedade da Informação” ter acesso e saber utilizar a informação são fatores de inclusão econômica, social e cultural do sujeito social. A biblioteca pública deve ser o espaço onde todo o cidadão exerce a liberdade de expressão e criação e tem acesso ao conhecimento, à cultura, à história, à realidade do seu meio social para que possa exercer a sua cidadania contribuindo ativamente para uma sociedade democrática , aberta e transparente.

Assim sendo, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas está propondo um meio de levar o Winisis -Software Livre de automação de bibliotecas aos municípios do Rio Grande do Sul para que as bibliotecas públicas possam cumprir seu papel.

## JUSTIFICATIVA

A partir da década de 70, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) vem assinalando a necessidade de planejamento integrado para as bibliotecas brasileiras, da criação de uma infra-estrutura de recursos informatizados, da valorização dos serviços bibliotecários junto aos administradores e interiorização dos serviços nos Estados. No entanto, a ação do SNBP tem sido insuficiente para atender as necessidades infra-estruturais das instituições.

No Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas(SEBP), vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, começou a ser estruturado em 1977, com

objetivo de desenvolver a organização, coordenação, planejamento e apoio às bibliotecas gaúchas. A partir dos anos 80, a biblioteca pública passou a ser pensada como espaço de convivência e de difusão de informações comunitárias.

Na última década, no entanto, o SEBP deixou gradativamente de cumprir suas funções, possibilitando um situação de pulverização de esforços nos municípios (bibliotecas municipais) e nas bibliotecas ligadas à Secretaria de Estado da Cultura. A reformulação do SEBP no início da gestão do atual Secretário de Estado da Cultura fez com que novo planejamento de trabalho fosse iniciado, tendo surgido a solicitação, por parte dos municípios, de auxílio para a informatização. Uma vez que no interior os recursos humanos são escassos e sem qualificação e há a insensibilidade das autoridades quanto a necessidade de investir recursos na modernização das bibliotecas se faz necessária a ação do SEBP para inserir as bibliotecas públicas municipais no cenário da Sociedade da Informação.

A biblioteca pública enquanto espaço aberto a todo cidadão precisa estar preparada para disponibilizar as informações disponíveis para que estas sirvam aos cidadãos como meio de transformar a sociedade.

A evolução da ciência e da tecnologia tornaram a sociedade global mais próxima e ao mesmo tempo mais distante, ou seja, através das telecomunicações e do computador tornou possível conversar com alguém que está do outro lado do planeta sem sair de casa. A rede de informação Internet, cartões de crédito e a tele-entrega permitem que uma pessoa viva em isolamento total em sua casa. Isto fez com que aumentasse ainda mais as diferenças sociais, surgindo como decorrência a “ exclusão digital”.

Segundo Le Coadic, a informação é um conhecimento gravado sob forma escrita, oral, digital ou audiovisual, o qual é processado, armazenado, repassado e consumido intensamente na sociedade atual.

Cidadão é cada indivíduo que vive na sociedade e participa das responsabilidades comuns, com direitos e deveres em relação ao bem comum. Segundo este conceito Aristotélico de cidadania só é cidadão aquele que participa ativamente do todo da sociedade, aquele que contribui econômica e politicamente do todo.

Para Barreto, a assimilação da informação é um processo de interação entre o indivíduo e uma determinada estrutura informacional, que vem gerar uma modificação em seu estado cognitivo produzindo um conhecimento

Diz a Constituição brasileira que todos são iguais perante a lei, que todos têm direitos e deveres iguais. Mas na prática, há as diferenciações econômicas e sociais. Há aqueles que cumprem seus deveres e têm seus direitos garantidos, há aqueles que têm garantia de direitos mas não querem cumprir seus deveres, há aqueles que querem cumprir seus deveres mas não têm seus direitos garantidos e ainda, há os que desconhecem seus direitos.

Segundo Demo, é essencial para o progresso que cada indivíduo tenha a competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada, ou seja, é essencial reconhecer-se cidadão e exercer de fato a sua cidadania. O homem não constrói apenas a si, mas constrói também a sociedade que atende seus interesses e é preciso reconstruir o papel das bibliotecas públicas

## **METODOLOGIA**

### 1ª Etapa

1. Criação da base de dados em Winisis e cópia em disquete do Software Winisis
2. Elaboração de manuais de instrução
3. Elaboração de cd-rom contendo Base de dados + software + manuais
4. Elaboração de documento de convênio entre o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e os municípios
5. Divulgação

### 2ª Etapa

1. Assinatura dos convênios
2. Cadastramento das bibliotecas cooperantes junto à BIREME
3. Repasse do material
4. Treinamento de pessoal
5. Suporte e orientação aos municípios
6. Inserção das Bibliotecas Públicas na Rede Biblioteca Virtual RS



**COORDENAÇÃO DO PROJETO - SEDAC/SEBP**

1. Firmar convênio com municípios;
2. repassar base de dados, software e manuais;
3. dar suporte e treinamento de pessoal, proporcionar dados para download

**PARCERIA - FEE:**

1. Disponibilizar bases de dados da Biblioteca Virtual RS

**PARCERIA - PROCERGS:**

1. Dar sustentação à rede com provedor E PESSOAL TÉCNICO

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1-ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo : Pólis, APB, 1997.
- 2- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A eficiência técnica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília,v.25,n.3,p.405-414,set./dez.1996.
- 3- BARROSO, Maria Alice. **A biblioteca pública na educação do adulto**. Rio de Janeiro,Expressão e Cultura, 1998.
- 4- CABRAL, Maria Luísa. **Bibliotecas: acesso, sempre**. Lisboa : Colibri, 1996.
- 5- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, Autores Associados, 1995.
- 6-Le Coadic, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, Briquet de Lemos, 1996.
- 7- Fundação Biblioteca Nacional. **Biblioteca pública** :princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: FBN,2000.
- 8- MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. Brasília, **Ciência da Informação**,Brasília,v.24,n.1,p.89-93, jan./abril 1995.
- 8- MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca e centro de cultura. São Paulo : Ateliê Editorial, 1997.
- 9- \_\_\_\_\_. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- 10- ROSA, Juliana Vianna. Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul. In: Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, 7. **Anais**. Porto Alegre, ARB, 1982. p. 141-54.
- 11- SISTEMA Nacional de Bibliotecas Públicas. Rio de Janeiro : FBN, 1998. folder
- 12- SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo : Global, 1995.

**ANEXO B** – Manual de entrada de dados da base de dados INBIB

**GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Manual de Entrada da Base de Dados Integrar Bibliotecas/RS  
(INBIB/RS)**

2.edição

**Maria de Lourdes Azevedo Mendonça - CRB10/295  
Maria Hedy Lubisco Pandolfi - CRB10/130  
Modelagem e Programação de Paulo Cattelan**

**Porto Alegre, 2002**

### **Prefácio da Segunda Edição**

Após um ano de trabalho com a Base de Dados INBIB/RS estamos trazendo, para as Bibliotecas Públicas de nosso Estado, uma edição revista e aumentada da Base e, conseqüentemente, do Manual de Preenchimento dos Registros Bibliográficos.

Neste período de um ano o INBIB/RS foi distribuído para 71 bibliotecas públicas. Os treinamentos foram realizados na Biblioteca Pública do Estado, após assinatura de Termo de Cooperação Técnica com Prefeituras e Instituições Públicas.

Com um trabalho qualificado e custo zero demos o primeiro passo na construção da REDE INFORMATIZADA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

## **MANUAL DE PREENCHIMENTO DE REGISTRO BIBLIOGRÁFICO**

### **Códigos utilizados:**

#### Obrigatoriedade

**O – Campo obrigatório**

**A – Campo aplicável**

**NO – Campo não obrigatório**

#### **Repetibilidade**

**R – Campo ou subcampo repetível**

**NR – Campo ou subcampo não repetível**

Na abertura do programa é mostrado ao usuário a caixa de diálogo “ Digite o perfil do usuário” . A partir da senha informada o usuário escolhe em entrar com os dados ou pesquisar. Para entrada de dados use ADM e para pesquisar use CONSULTA.

## **Campos variáveis**

**Campo 005 - Data da última alteração do registro (automático)**

**Campo 993 – Data da criação do registro (automático)**

**Campo 850 – Instituição depositária(O)(R)**

Transcrever a sigla da Biblioteca, nome do município.

### **Códigos de subcampo**

**^a** sigla da biblioteca, município

### **Exemplos**

850^aBPM, Balneário Pinhal

850^aBPMER, Alvorada

**Campo 991 – Tipo de registro (O)(NR)**

Clicar em Pick List

Selecionar Tipo de documento

- **Livro**
- **Revista**
- **fita de vídeo**

Clicar OK

**Campo 090 – Número de chamada(O)(R)**

Transcrever o número de chamada local.

**Código de subcampo**

**^a** setor(NR)

**^b** número de classificação(NR)

**^c** notação autor(NR)

**^d** edição ou datas(NR)

**^e** volume(NR)

**^f** exemplar(NR)

**Exemplos:**

090^b100^cLEI.i

090^aJ^b981^cMAR.c^d7.ed.^ev.1

**Campo 100– Entrada principal – Pessoa(A)(NR)**

Transcrever o nome do autor, quando este for entrada principal.

**Código de subcampos**

**^a** nome pessoal(NR)

**^d** datas associadas ao nome (datas de nascimento e/ou morte)(NR)

**Exemplos:**

Prenome

100^aAristóteles

Sobrenome simples

100^aChaves, Antonio Carlos^d1902- .

Sobrenome composto

100^aCastello Branco, Eurico^d1900-1970

**CAMPO 700 - Entrada secundária – Pessoa(A)(R)**

Transcrever o nome do autor, quando este for entrada secundária.

**Códigos de subcampo**



**^a** nome pessoal(NR)

**^d** datas associadas ao nome (datas de nascimento e/ou morte)(NR)

**Exemplos:**

700^aPrado Junior, Caio^d1950- .

700^aSilva, José Carlos^d1977-2001

**CAMPO 110– Entrada principal – Corporação(A)(NR)**

Transcrever o nome da entidade coletiva, governamental e não governamental, quando esta for a entrada principal.

**Códigos de sub-campo**

**^a** nome corporativo ou nome da jurisdição (nome da entidade ou lugar)(NR)

**^b** unidade subordinada (NR)

**Exemplos:**

Nome na ordem direta

110^aUniversidade Estadual do Rio Grande do Sul^bFaculdade de Agronomia

**Lugar com unidade subordinada**

110^aBrasil^bMinistério da Cultura

**CAMPO 710 — Entrada secundária – Corporação(A)(R)**

Transcrever o nome da entidade coletiva, governamental e não governamental, quando esta for entrada secundária.

**Códigos de subcampo**

**^a** Nome da entidade ou lugar(NR)

**^b** Unidade subordinada(NR)

**Exemplos:**

710^a Biblioteca Nacional (Brasil)

710^aBrasil^bDepartamento Nacional da Produção Mineral

### **CAMPO 111 – Entrada Principal - Evento(A)(NR)**

Transcrever o nome da conferência, seminário, etc., quando esta for entrada principal.

#### **Códigos de subcampo**

**^a** nome do evento ou jurisdição(NR)

**^c** local do evento(NR)

**^d** data do evento(NR)

**^n** número do evento(NR)

#### **Exemplos:**

111^aEncontro Brasileiro de Meio Ambiente ^cRio de Janeiro^d1999^2.

111 ^aEncontro Regional de Imprensas Oficiais do Centro Sul ^cSãoPaulo, SP^d1985

### **CAMPO 711 – Entrada secundária – Evento(A)(R)**

Transcrever o nome da conferência, seminários, etc. quando este for entrada secundária.

#### **Códigos de subcampo**

**^a** nome do evento(NR)

**^b** local do evento(NR)

**^d** data do evento(NR)

**^n** número do evento(NR)

#### **Exemplos:**

711^aCongresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação^bPorto Alegre  
^d1978^9

711^aSociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Reunião^bCampinas ^d1982  
^n34

**CAMPO 130– Entrada principal – Título Uniforme (A)(NR)**

Transcrever o nome do título uniforme, quando este for entrada principal.

**Código de subcampo**

**^a** título atribuído ao documento(NR)

**^l** língua do texto(NR)

**^p** parte da obra(NR)

**Exemplos:**

130^aBíblia^lPortuguês^pN.T.

130^aAlcorão^lPortuguês

130^aBrasil. Leis,decretos etc.

**CAMPO 730 — Entrada secundária - Título Uniforme(NO)(R)**

Transcrever o nome do título uniforme, quando este for entrada secundária.

**Códigos de subcampo**

**^a** título atribuído ao documento(NR)

**^l** língua do texto(NR)

**^p** parte da obra(NR)

**Exemplos**

730^aChanson de Roland^lEspanhol

730^aBíblia^lFrancês^pN.T.

**CAMPO 245 – Título(O)(NR)**

Transcrever o título, outras informações sobre o título e indicação de responsabilidade.

**Códigos de subcampo**

**^a** título(NR)

**^b** outras informações sobre o título(NR)

**^c** indicações de responsabilidade(NR)

**Exemplos:**

245^aPoemas de amor de Machado de Assis^bpoesias escolhidas

245^aIntrodução ao raciocínio econômico^cpor Marshall, Herbert C. Calderwood.

**CAMPO 740 – Secundária de título(A)(R)**

Transcrever os títulos adicionais.

**Código de subcampo**

**^a** título (NR)

**Exemplos:**

740^aO ano muito bom, p.17

740^aSabiás românticos, p.34

**CAMPO 250 – Edição(A)(NR)**

Transcrever a informação referente a edição.

**Códigos de subcampo**

**^a** edição(NR)

**Exemplos:**

250^a3. ed.

250^a11. ed.

**CAMPO 260 – Imprensa(O)(NR)**

Transcrever as informações referente a publicação.

**Códigos de subcampo**

**^a** local de publicação(NR)

**^b** editor ou publicador(NR)

**^c** data de publicação(NR)

**Exemplos:**

260^aRio de Janeiro^bOlympio^c1998

260^aPorto Alegre^bGlobo ^c1970

**CAMPO 300 – Descrição física(O)(NR)**

Transcrever as informações referentes à paginação e ilustrações.

**Códigos de subcampo**

**^a** extensão (paginação)(NR)

**^b** ilustração(NR)

**Exemplos:**

300^a306 p.^bil.

300^a2 v.^bmapas

**CAMPO 440 – Série(NO)(R)**

Transcrever o título da série.

**Códigos de subcampo**

**^a** título(NR)

**^v** número do volume(NR)

**Exemplos:**

440^aColeção de Obras de Nelson Rodrigues^vv.22

440^aColeção primeiros passos^vv.5

### **CAMPO 500 – Nota geral(NO)(R)**

Transcrever as informações referentes a notas não especificadas em outros parágrafos.

#### **Códigos de subcampo**

^aNotas(NR)

#### **Exemplos:**

500^aProgama para terceira idade. Bibliografia de José Braga.

500^av. 1 A máscara. - v. 2 O perfume.

### **Campo 520 – Nota de resumo(A)(NR)**

Transcrever o resumo

#### **Códigos de subcampo**

^a Resumo(NR)

#### **Exemplo:**

520^aO presente trabalho analisa os relatos de viajantes europeus, publicados no Velho Mundo ao longo século XIX sobre o Rio Grande do Sul.

### **CAMPO 590 – Nota local(NO)(R)**

Transcrever as informações referentes a notas locais.

#### **Código de subcampo**

^a Notas locais)(NR)

#### **Exemplos:**

^aA biblioteca possui o v.2.

^av. 3 com paginação errada.

**CAMPO 650 – Assunto tópico(O)(R)**

Transcrever o assunto ou assuntos que representam o conteúdo do documento.

**Códigos de subcampo**

**^a** assunto tópico(NR)

**^x** subdivisão geral(NR)

**^z** subdivisão geográfica(NR)

**Exemplos:**

650^aLiteratura brasileira^xPoesia

650^aEconomia^xInflação^zBrasil

650^aFuncionários^xEstatutos^zRio Grande do Sul

**Campo 690 – Macrodescritores(O)(R)**

Transcrever o assunto de acordo com Lista de Macrodescritores do SEBPRS relacionados no Pick List

Consultar também o site <http://www.oraculo.inf.br/>

**Código de sub-campo**

**^a** macrodescritores

**Exemplos:**

690^aArte

690^aLiteratura

690^aTecnologia

**Campo 949 – Número de tomo, data, dados de aquisição, fontes e preço(O)(R)**

Transcrever número de registro, data, fonte e preço.

**Códigos de subcampo**

**^a** número de registro (NR)

**^b** data (aaaa/mm/dd) (NR)

**^c** dados de aquisição (NR)

**^d** fonte(NR)

**^g** preço(NR)

**Exemplos:**

949^a3565^b2001/07/13^cD^dGlobo^gR\$30,00

949^a7500^b2001/09/29^cC^dSulina^gR\$7,00

**CAMPO 996 – Nome do digitador (A)(R)**

Transcrever o nome do responsável pela digitação.

**Código de sub-campo**

**^a** nome(NR)

**Exemplo:**

**^a**Maria Teresa

**Endereços para ajuda:**

<http://www.oraculo.inf.br>

(usar este site para dificuldades no programa)

Clicar perguntas e respostas – problemas mais comuns

<http://www.bireme.br>

Endereços do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas:

Site: <http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br/sebp/>

E-mail: [sebp@via-rs.net](mailto:sebp@via-rs.net)



**ANEXO C – Formulário para catalogação**

## FORMULÁRIO PARA CATALOGAÇÃO

Data de Preenchimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Responsável pelo: Preenchimento: \_\_\_\_\_

CAMPO		TEXTO
Nome	Código	
Instituição depositária (O) (R)	850	
Tipo de registro (O) (NR)	991	<b>Pick-list</b>
Número de chamada (O) (R)	090	
Entrada principal - Pessoa (A) (NR)	100	
Entrada secundária - Pessoa (A) (R)	700	
Entrada principal- Corporação (A) (NR)	110	
<b>Entrada secundária - Corporação</b>  (A) (R)	710	
Entrada principal -Evento (A) (NR)	111	
Entrada secundária- Evento (A) (R)	711	
Entrada principal - Título uniforme (A) (NR)	130	
Entrada secundária - Título uniforme (A) (R)	730	
Título (O) (NR)	245	
Secundária de Título (A) (R)	740	
Edição (A) (NR)	250	
Imprensa (O) (NR)	260	
Descrição física (O) (NR)	300	

Série (A) (R)	440	
Nota Geral (A) (R)	500	
Nota de resumo (A) (NR)	520	
Nota Local (A) (R)	590	
Assunto Tópico (O) (R)	650	
Macrodescritor (O) (R)	690	
Número de tombo e dados de aquisição (O) (R)	949	
Nome do digitador (A) (NR)	996	

**ANEXO D – Relatório curso de qualificação INBIB/RS**

**RELATÓRIO CURSO DE QUALIFICAÇÃO**  
**INBIB/RS**

**Dia :**

**Local :**

**Horário :**

**Ministrante :**

**Plano do curso:**

1. Apresentação do SEBP/RS e da BPE;
2. Histórico da informatização da BPE;
3. Histórico do INBIB/RS:
  - Início em julho e conclusão de 2001
  - Escolha do Software (Winisis 1.4)
  - Escolha dos parágrafos
  - Criação da base de dados
  - Objetivos gerais e específicos
4. Apresentação da documentação de trabalho;
5. Processamento técnico de uma obra usando os instrumentos manuais (folha de entrada);
6. Processamento técnico da obra diretamente no computador, alimentando a base de dados;
7. Conclusão e encaminhamentos.



**ANEXO E** – Kit informatização – INBIB RS (2. Ed. – out. 2002)

## KIT INFORMATIZAÇÃO – INBIB RS

### 2. edição/outubro 2002

#### I PARTE

##### **1. Definição do programa:**

Conjunto de elementos indispensáveis ao processo de informatização de uma biblioteca, pré-formatado de acordo com os padrões estabelecidos pelo SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL (SEBPRS).

##### **2. Conteúdo:**

2.1 – Software da Unesco, Winisis 1.4, acompanhado de Bases de Dados em formato compatível com MARC 21.

2.2 – Manuais e formulários.

2.2.1 - Manual resumido do Winisis que apresenta as principais finalidades do Software, com explicações básicas sobre seu funcionamento (em StarOffice).

2.2.2 – Manual de Entrada de Dados.

2.2.3 – Formulário de Entrada de Dados para catalogação e classificação.

2.2.4 – Manual de procedimentos e rotinas (atividades definidas incluindo administração de acervos).

2.2.5 – Lista de Macrodescriptores de Assunto do SEBPRS.

2.2.6 – Formulário para cadastramento junto a BIREME: e-mail: [perml@bireme.br](mailto:perml@bireme.br) ou site [www.bireme.br/isis](http://www.bireme.br/isis) – clicar Winisis – clicar em solicitação de licença, preencher formulário, ENVIAR.

2.2.7 – Lista de atualização da moeda brasileira (para usar no campo 090 ^g - preço dos livros na época da aquisição).

##### **3. Mídias:**

- 2 disquetes com a Base de Dados.
- 1 disquete com Manuais, Formulários e Listas.



#### **4. Rotinas de instalação:**

- 4.1 – Colocar o disquete 1 no Drive A:
- 4.2 – Rodar o Programa Setup.exe e seguir os comandos da tela
- 4.3 – Antes de encerrar a instalação (finish) clicar em 2. Mensagem (Launch program)

#### **5. Migração dos registros para a 2ª. Edição:**

##### **RECOMENDAÇÃO:**

Fazer cópia de segurança antes de atualizar a nova edição

Poderá ser feita a migração a partir dos discos do INBIB/RS 2.ed.

ou

- 5.1 – Clicar “Base de Dados”
- 5.2 – Clicar “Exportar”
- 5.3 – Digitar nome do arquivo iso (ex. teste.iso)
- 5.4 – Indicar um diretório fora do Winisis
- 5.5 – Exportar todos
- 5.6 – Clicar ok
- 5.7 – Desinstalar base (via Windows – clicar iniciar – clicar configurações – clicar painel de controle – clicar adicionar – clicar remover softwares).
- 5.8 – Instalar a base da 2. edição na mesma rotina da 1ª Edição.
- 5.9 – Clicar Base de DADOS.
- 5.10 – Clicar “Importar”.
- 5.11 – Clicar em “Fundir” (soma os registros) ou “Carregar” (substitui os registros da base anterior)
- 5.12 – Gerar arquivo invertido

#### **6. Senhas:**

Aparece na tela: **digite o perfil desejado**

- Para entrada de dados use **ADM**
- Para pesquisa use **CONSULTA**

#### **7. Importação de Registros do Acervo on-line da Biblioteca Pública do Estado:**

Para fazer o download dos registros da BPE para a Base INBIB/RS proceda da seguinte forma:

- 7.1 – Entrar no site da BPE ([www.bibliotecapublica.rs.gov.br](http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br))
- 7.2 – Clicar em “Consulta on-line”
- 7.3 – Pesquisar a obra
- 7.4 – Selecionar “Biblioteca” (BPE)
- 7.5 – Clicar em “Consultar”
- 7.6 – Clicar no título escolhido
- 7.7 – Clicar “Visualização Registro”
- 7.8 – Clicar em “Formato cds/isis”
- 7.9 – Clicar em “Download” (com o botão direito do mouse)
- 7.10 – Clicar em “Salvar destino como”
- 7.11 – O registro aparece “Nominado”
- 7.12 – Salvar como tipo: todos os arquivos
- 7.13 – Salvar
- 7.14 – Minimizar
- 7.15 – Abrir INBIB/RS
- 7.16 – Clicar Base de Dados
- 7.17 – Clicar Importar
- 7.18 – Procurar arquivo no diretório do INBIB
- 7.19 – Clicar “OK”

## **8. Back-up:**

- 8.1 – Disquete vazio no A:
- 8.2 – Windows Explorer
- 8.3 – Localizar Winisis/Base
- 8.4 – Base (botão direito)
- 8.5 – Add to zip
- 8.6 – Clicar “I agree”
- 8.7 – A:base.zip
- 8.8 – Add (aparece luz verde)

## **9. A atualização da base:**

A atualização é automática. Se a atualização não se processar deve ser repetida a rotina: clicar **Base de Dados** e clicar em **Atualizar arquivo invertido** marcar **Gerar Arquivo Invertido** e clicar **ok**.

## II PARTE

### 1 - Dúvidas freqüentes:

#### ✓ COMO CONFIGURAR UM CAMPO EM *DEFAULT*?

1. Clique em Editar
2. Clique em Planilha de entrada de dados
3. Selecione o campo desejado
4. Clique no botão a direita (lápiz amarelo)
5. Digite o conteúdo do Campo na caixa Valor Default
6. Clique em ok
7. Clique em salvar
8. Clique em ok para fechar a janela

#### ✓ QUE CAMPOS PODEM SER COLOCADOS EM *DEFAULT*?

Todos os campos podem ser colocados em default desde que tenham conteúdo constante.

#### ✓ COMO ALTERAR O CONTEÚDO DE UM CAMPO EM *DEFAULT*?

1. Clicar em Utilitários
2. Clicar em Substituição global
3. Seguir os comandos da tela

## III PARTE

### 1. Inovações na Base de Dados INBIB/RS (2.ed.)

#### ✓ NOVOS CAMPOS NA BASE

- 5 – Data e hora no computador (automático)
- 520 – Nota de resumo
- 740 – Secundária de título
- 993 – Data de inclusão na base (automático)
- 991 – Tipo de material (Pick-list: livro, revista e fita de vídeo)
- 996 – Nome do digitador

✓ ACRÉSCIMOS NOS CAMPOS

Campo 690 - Macrodescriptores (inclui Pick-list com a lista dos macrodescriptores)

✓ CONSISTÊNCIA NOS SUBSCAMPOS INICIAIS

O sub-campo inicial é obrigatório. Se for omitido o Programa informa.

✓ EMISSÃO DE ETIQUETAS, FICHAS E LISTAS DE AUTORES

1. Clicar no ícone impressora
2. Clicar em Carregar
3. Aparecerá 05 arquivos de impressão
4. Selecionar o arquivo desejado
4. Clicar Ok

✓ FORMATOS DE APRESENTAÇÃO

**Rel** – Referência bibliográfica

**Ficha** – Ficha catalográfica

**ALL** – apresenta os campos numéricos do Formato MARC e seus conteúdos

**INBIB** – apresenta os nomes dos campos do Formato Marc e seus conteúdos

• **LEMBRETES IMPORTANTES:**

✓ Registro trancado : clicar em “Utilitários” e “Utilitários Avançado”.

✓ Para copiar e colar o conteúdo de um campo para outro: clicar em uma nova ocorrência, selecionar a que queremos copiar – digitar ctrl-c (simultaneamente) – clicar na ocorrência nova e clicar ctrl-v (simultaneamente).

✓ Na 2.ed. da Base INBIB/RS esta se apresenta sem nenhum registro

✓ Para rodar o INBIB/RS o computador tem que ter o Sistema Operacional Windows (não pode ser em DOS).

## IV PARTE

### Endereços para Ajuda

#### 1. SITES

[www.oraculo.inf.br](http://www.oraculo.inf.br)

**(Usar este site para dificuldades no Programa)**

Clicar em:  
Winisis  
perguntas e respostas  
problemas mais comuns

[www.control.com.br](http://www.control.com.br)

**(Usar este site para colocar o INBIB em rede)**

Clicar em:  
Instalação multi-usuários

[www.bibliotecapublica.rs.gov.br](http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br)

(Usar este site para consulta ao acervo da BPE e informações gerais)

#### 2. E-mails

[sebp@via-rs.net](mailto:sebp@via-rs.net)

Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas /RS

[bpe.tecnico@via-rs.net](mailto:bpe.tecnico@via-rs.net)

Setor Técnico da BPE

[m.l.mend@bol.com.br](mailto:m.l.mend@bol.com.br)

Bibliotecária Maria de Lourdes Mendonça – CRB-10/295